

25
anos



INCM

Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique
Regulando as comunicações desde 1992

Edição especial | 2017



25 anos regulando as comunicações

O Desafio do INCM é assimilar as mudanças impostas pela tecnologia



INCM:

Duas décadas a responder desafios de desenvolvimento

EDITORIAL

No ano das bodas de prata

O leitor tem em mãos um suplemento que dá enfoque a uma efeméride: a passagem do 25.º aniversário da criação da Autoridade Reguladora de Comunicações-INCM. Criada pelo Decreto 22/92, de 10 de Setembro, a instituição tem a responsabilidade de regular, fiscalizar e garantir o serviço de acesso universal e permitir a existência de um ambiente de telecomunicações de qualidade, procedendo à gestão do espectro de frequências radioelétricas.

O suplemento insere matérias que ilustram o percurso feito pela instituição. Trata-se de um contributo para a divulgação das diferentes etapas do crescimento do INCM, cujos resultados estão à vista, no contexto da promoção e facilitação do desenvolvimento dos sectores postal e de telecomunicações; disponibilização de infra-estruturas e serviços de comunicações de qualidade a preços acessíveis, visando o crescimento económico e social do país.

Na sua actuação, o INCM, entre outras competências, submete projectos de legislação e regulamentação necessários ao funcionamento dos sectores postal e de telecomunicações e promove a concorrência na prestação destes serviços. Outrossim, dirige litígios entre operadores no mercado, atribui, renova e altera licenças para o estabelecimento e exploração de redes e serviços de telecomunicações, elabora e gere o plano de numeração, bem como representa o Governo nas reuniões internacionais sobre o sector.

Os 25 anos do INCM aconteceram num momento particularmente interessante no país: uma notável maturidade no mercado das comunicações, que regulamos em prol do desenvolvimento do país. Confirmam-na, por exemplo,

o número cada vez maior dos operadores e prestadores de serviços de comunicações, os variados tipos de serviços oferecidos ao cidadão, o alargamento do acesso à banda larga pela população, a preços acessíveis, os níveis de cobertura nacional da telefonia móvel celular, os avanços significativos no processo de migração digital, a implementação dos projectos de acesso universal, a actualização do quadro jurídico regulador do sector. Todavia, ainda persistem grandes desafios como a necessidade de maior segurança cibernética, garantia da qualidade dos serviços prestados e a protecção do direito dos consumidores.

Não vamos esgotar aqui e agora os preciosos conteúdos das mensagens e depoimentos dos antigos e actuais dirigentes do sector e figuras de proa do mercado das comunicações e de quantos deram o litro para que o INCM existisse e se tornasse tão conhecido quanto reconhecido.

Observe-se, nestas linhas, um minuto de silêncio em memória do guru das comunicações, o Eng.º Gilberto Fernandes, que, neste ano em que o INCM completa as bodas de prata da sua existência, partiu para jamais voltar, deixando um grande legado aos profissionais das telecomunicações, seus admiradores, que o querem imitar e, obviamente, a ideia estratégica do fortalecimento da regulação.

“O INCM não deve só actuar a reboque das grandes queixas. Se não actuarmos no exacto momento, para impor uma determinada regra, então nada conseguiremos fazer de forma perfeita a posteriori”, Gilberto Fernandes.

Nos próximos 25 anos, muita coisa acontecerá e será, naturalmente, nesse momento e espaço, que haveremos de narrar o que mesmo aconteceu. *Pela segurança nas comunicações!*



Edmundo Manhiça

MINISTRO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES, CARLOS MESQUITA

INCM contribuiu para o desenvolvimento das Comunicações

O Ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, exortou ao INCM, a implementar, com maior celeridade, o processo de migração do sistema de radiodifusão analógico para o digital, bem como assegurar a qualidade do equipamento em instalação e a acessibilidade do serviço para todos os moçambicanos.

De acordo com o ministro, a migração digital constitui um dos desafios que se colocam ao sector das Comunicações, a par da segurança cibernética, convergência tecnológica e qualidade dos serviços prestados ao público.

Carlos Mesquita defendeu a necessidade de o INCM, na qualidade de órgão regulador das Comunicações, fortalecer o seu papel, com vista à dinamização do mercado e à protecção dos consumidores.

Para tal, “deve implementar o quadro legal aprovado, tendo em conta as novas tendências da convergência tecnológica, imposta pela evolução do sector”.

O Ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, falava na noite de 8 de Setembro, no jantar de gala pela celebração dos 25 anos do INCM, e disse que esta instituição deve “estabelecer mecanismos que defendam os cidadãos e as instituições públicas e privadas de ataques cibernéticos, que se afiguram uma grande ameaça para o sistema de telecomunicações”.

Nesta cerimónia, Mesquita realçou também os principais avanços que se registaram no sector, como é o caso da expansão da rede de cobertura de telefonia móvel para todas as capitais provinciais, distritos, postos administrativos e localidades do país.



A migração digital constitui um dos desafios que se colocam ao sector das comunicações, a par da segurança cibernética.

“O INCM concebeu um quadro legal que está a permitir o desenvolvimento das comunicações em Moçambique, sendo de destacar o ambiente de concorrência sã, que permite a convivência dos operadores, bem como a protecção dos consumidores, incluindo a promoção do acesso ao serviço de telecomunicações, por parte dos habitantes de zonas comercialmente não viáveis”.

ESTRATÉGIA DA SEGURANÇA CIBERNÉTICA

MTC recomenda harmonização inter-institucional

Migração Digital e Segurança Cibernética foram alguns dos temas do sector das Comunicações que mereceram atenção no 35.º Conselho Coordenador do Ministério dos Transportes e Comunicações, que decorreu de 23 a 25 de Agosto do corrente, no Bilene. Este evento contou com a participação de dirigentes e quadros do MTC, representantes dos institutos e empresas do sector, sindicatos, associações dos operadores e outros convidados de instituições públicas e privadas.

O Conselho Coordenador dedicou especial aten-

ção à necessidade de o sector prover serviços de Transportes, Comunicações e Meteorologia, cada vez mais seguros e acessíveis aos cidadãos.

Este encontro acontece quando o INCM completa este ano 25 anos, e quando o país está a conhecer momentos de desenvolvimento, principalmente no sector extractivo, que exige cada vez mais infra-estruturas, não apenas de transportes, como também de telecomunicações. O Conselho Coordenador prestou atenção a esta realidade e recomendou a expansão da rede de telecomunicações.

No entanto, os 25 anos do INCM são marcados igualmente por uma preocupação universal, que não passou despercebida aos participantes do Conselho Coordenador, que é a forma como

são usadas as telecomunicações e o perigo que podem se tornar para os Estados.

Neste ponto, foi recomendado ao INCM a prosseguir com o processo de harmonização inter-institucional da Estratégia da Segurança Cibernética, aprofundando o debate sobre os aspectos relacionados com a liderança, monitoria e financiamento das acções previstas.

A implementação do processo de migração de radiodifusão analógica para a digital foi outro tema analisado neste encontro, onde as discussões desencadeadas e as decisões tomadas reflectiram o conteúdo do lema sob o qual decorreu este evento anual: “Por um Sistema de Transportes, Comunicações e Meteorologia Seguro e Acessível”.

UMA HISTÓRIA CONTADA POR TOMÁS SALOMÃO:

Como o país ficou inundado de antenas

Numa apresentação feita no seminário de celebração dos 25 anos do INCM, que decorreu em Setembro último sob o lema “Pela Comunicação Segura”, Tomás Salomão, antigo Ministro dos Transportes e Comunicações, fez uma viagem ao passado para reconstruir a origem do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique.

Tantas foram as dificuldades que acompanharam o surgimento deste Instituto numa altura em que muitos quadros das telecomunicações defendiam que ele podia ser apenas um departamento no Ministério dos Transportes. A luta de Tomás Salomão estendeu-se, igualmente, para a entrada de um terceiro operador no mercado, então dominado pelas Telecomunicações de Moçambique (TDM) e Moçambique Celular (mcel).

A resistência contra as mudanças tinha como tese a falta de mercado para suportar uma terceira operadora, pois, argumentava-se, as pessoas não tinham dinheiro. Uma interessante história contada pelo antigo Ministro dos Transportes, que aqui publicámos, e na qual recorda: “Percorri o país de lés-a-lés identificando zonas onde a comunicação era fácil e onde era difícil. Esse percurso era feito, algumas vezes, de avião ou helicóptero, outras de blindado, chamado BTR, e em camiões russos de marca Ural”.



22/92: A LEI QUE COMEÇA A MUDAR A HISTÓRIA DAS TELECOMUNICAÇÕES

Após a morte do Presidente Samora, Joaquim Chissano foi eleito para assumir o cargo de Presidente da República, num estado de choque. Em 1989, anteendo o fim da guerra, ele manda chamar-me e diz-me que já tinha feito a minha parte na Defesa e que a guerra iria terminar. O líder da delegação do governo nas conversações de Roma era o então Ministro dos Transportes e Comunicações, Armando Guebuza, e o Ministério ficou representado por Dr. Isaias Muhate e Eng. Rui Lousã.

Fui convidado a ajudar o Dr. Mário Machungo, que era Ministro do Plano e Finanças, a conceber o plano de re-

construção nacional, depois da guerra. O objectivo principal desse plano era garantir que os nossos deslocados, que estavam nos países vizinhos, voltassem para o país. Para tal, deu-se prioridade à reabilitação de estradas, escolas, pontes, hospitais e sistemas de água, em todo o território nacional. E parte das comunicações havia ficado de fora, na altura, com o pensamento de que o operador público das telecomunicações, a empresa estatal TDM, havia de se encarregar de fazer a provisão das telecomunicações. Esta foi a razão de não terem entrado na listagem das necessidades do plano de reconstrução nacional. Assim foi feito e apresentá-

mos o plano aos diferentes parceiros de cooperação para o seu financiamento.

Nessa altura, o Eng. Rui Lousã, Vice-Ministro dos Transportes e Comunicações, começa a trabalhar na preparação do primeiro instrumento de comunicações, e é neste quadro que, em 1992, a primeira Lei de Comunicações é aprovada em Moçambique.

O Decreto 22/92, que cria a Autoridade Reguladora do Sector das Telecomunicações, concebida um modelo em que o Estado seria o principal provedor das comunicações, por via das TDM. Portanto, é uma lei que, no seu conteúdo, não prevê a entrada do sector privado ou de

privados nas telecomunicações. A única coisa prevista eram as chamadas telecomunicações privadas, mas não eram os operadores privados que podiam fornecer.

Nessa altura, as TDM são transformadas, de Empresa Estatal para Pública, e muitas outras também sofreram essa transformação, destacando-se também os Caminhos

de Ferro de Moçambique. Posto isto, o Presidente Joaquim Chissano convida-me a desempenhar as funções de Ministro do Plano e Finanças. Um dos objectivos era induzir um conjunto de reformas na economia, nas finanças e infra-estruturas, para permitir que operadores privados pudessem entrar no mercado. É neste quadro

que é aprovada uma nova lei, após a submissão à Comissão Nacional de Política Informática, onde o Dr. Salomão Júlio Manhiça era Director Executivo da comissão, presidida pelo Primeiro-Ministro, fazendo parte os ministros das Tecnologias e Informação, das Finanças e dos Transportes e Comunicações.

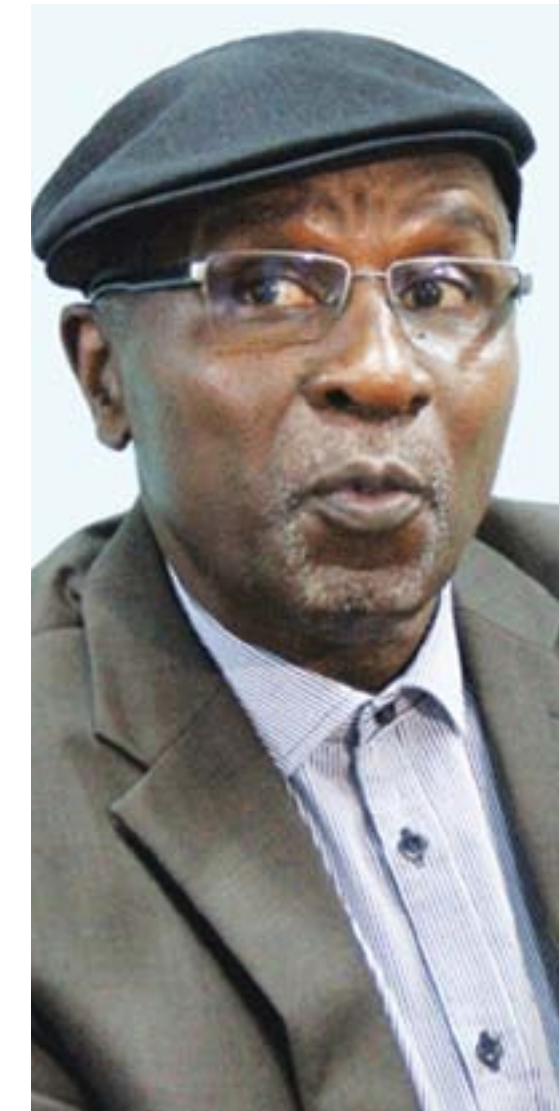
DRAMÁTICA REALIDADE DE CHÓKWÊ

Em 1992, é aprovada a lei e o decreto que cria o Instituto das Comunicações, que abre a oportunidade de entrarem operadores privados no mercado das telecomunicações. Em 2000, chegam as cheias e enchem os rios Limpopo e Zambeze. Este foi o meu baptismo de fogo, quando assumi o Ministério dos Transportes e Comunicações.

O Presidente Joaquim Chissano mandava-me a Chókwê, mas tivemos de aterrar em Guijá, para podermos nos deslocar a Chókwê, para aferir de perto o que era possível reconstruir. O facto é que mesmo dispo de um telefone celular, em termos de comunicação e cobertura, muito pouco ou nada se poderia fazer. Com dificuldades de comunicação, ligo para o engenheiro Rui Fonseca, dos CFM, e peço-lhe para arranjar-me cinco telefones satélites, porque só com eles era possível comunicar com o estrangeiro.

E os colegas das TDM diziam que não era necessária a entrada de uma nova operadora de telefonia móvel, porque o mercado ou as pessoas não tinham dinheiro para adquirir telefones celulares, e as TDM, juntamente com a mcel, vão ser capazes de responder às necessidades. A questão que se colocava era como é que os meus colegas dizem que não há mercado, não é possível expandir a rede das comunicações, serão eles capazes de fazer tudo?

Depois de tudo o que presenciei em



Chókwê, vi a necessidade de implementar a Lei das Comunicações, que viria a ser aprovada em Novembro/Dezembro de 1999 e o respectivo Decreto. Esta lei é a que reconhece a Autoridade Reguladora. O INCM é criado como Entidade Reguladora e a grande diferença é que esta lei permite a abertura para outros operadores no mercado das telecomunicações do país.

Tomei uma decisão pessoal de implementar a lei, porque tinha sido aprovada e o decreto da criação do Instituto Nacional existia, mas era preciso passar para a implementação. Falei com o Eng.º João Jorge, na minha primeira ronda, avalei as possibilidades do INCM. Falei também com o pessoal das TDM, com o Eng. Rui Fernandes, mas todos diziam a mesma coisa: “Não é preciso!”

Eu disse que havia duas formas: a primeira, era necessário criar uma equipa para tratar da implementação. É nesse quadro que falo com o Eng. João Jorge para que a Dra. Ema Chicoco saísse das TDM e passasse para o Ministério, para apoiar-me no processo de produção da legislação.

Os colegas das TDM continuavam a rejeitar o INCM e sugeriram que este fosse vinculado ao Ministério. Vi a necessidade que havia de se mudarem as coisas, para tal tinha de ter um conselheiro, porque de lei de telecomunicações não entendia muito. Podia providenciar liderança, mas eu não dominava a área.

ACÇÃO DE LOBY CONTRA SEGUNDA OPERADORA MÓVEL

Percebi logo que era preciso manter a liderança do país informada sobre aquilo que estava a acontecer, refiro-me ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, Pascoal Mucumbe, e a Ministra do Plano e Finanças, Luísa Diogo, porque, de certeza, lobbies haveriam de ser feitos no sentido de impedir as reformas nas Telecomunicações.

Para o INCM ser respeitado, havia outras acções que precisavam ser levadas a cabo, e a primeira que me veio à cabeça foi que João Jorge serviu ao Instituto das Comunicações de 1982 a 1992, e era necessário que fosse descansar. Mande-lhe aos EUA para estudar, para que, quando regressasse, servisse à instituição com maior conheci-

mento.

Era importante que a Entidade Reguladora, para que fosse respeitada pelos operadores, tivesse instalações adequadas. É nesse quadro que surge a necessidade da construção das instalações do INCM.

João Jorge indo estudar nos EUA, surge a necessidade de se colocar uma cabeça no Conselho de Administração do Regulador. Nesse âmbito, peço ao Primeiro-Ministro para que, em regime de acumulação, o Dr. Salomão Manhiça fosse permitido manter as suas funções no sector da Informática e presidir o INCM.

O INCM dispõe de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, mas havia



O INCM dispõe de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, mas havia necessidade de uma estrutura salarial adequada para que os funcionários não se deixassem corromper.

necessidade de uma estrutura salarial adequada para que os funcionários não se deixassem corromper.

Começámos a preparar os termos de referência para abertura de um concurso público para a entrada de um operador no mercado das telecomunicações, isto tinha de ser feito pelo regulador.

O interessante é que havia pessoas que mobilizavam recursos, dizendo que em Moçambique não tem mercado, não vale a pena entrar no concurso, isso é uma perda de tempo. Isso trouxe um reflexo na qualidade das empresas que iam concorrer na licença de uma segunda empresa de telefonia móvel.

A TDM e a mcel tinham o mesmo Conselho de Administração e estavam blindadas para impedir que qualquer operador entrasse no país. É por esse factor que o primeiro concurso teve candidatos de baixa qualidade, e por recomendação do INCM tivemos de cancelar.

A grande diferença entre o Decreto de 1992 e o actual é que o de 1992 diz que a entidade reguladora é tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, e no actual é tutelada pelo Ministro.

Tivemos de apelar aos países vizinhos para que convencessem as autoridades locais sobre a importância desse concurso. O mesmo foi lançado e apareceram três propostas: Portugal Telecom, Vodacom e a Orange.

Do outro lado, os colegas continuavam a dizer que não fazia sentido. Este processo foi andando e foram criadas barreiras diversas para que o segundo operador não entrasse. A equipa técnica faz a selecção de duas propostas técnicas: Portugal Telecom e Vodacom, faltando as propostas financeiras.

A proposta financeira da Vodacom bateu de longe a de Portugal Telecom, com o valor da licença em USD 14 milhões em dinheiro, que foram divididos em 70% para o regulador, e os restantes 30% para o Governo.

A Vodacom é chamada formalmente para



iniciar com as negociações, que, em algum momento, foram tenebrosas, devido a um assunto pequeno, que era a taxa de interligação. A TDM, com o intuito de proteger a mcel, queria cobrar um valor exorbitante à nova operadora, protegendo a mcel, por razões óbvias. Era preciso fazer de tudo para que esse assunto fosse resolvido, e os lobbies eram feitos em diferentes níveis.

Foi nesse sentido que convoquei a Dra. Ema Chicoco e o Dr. Salomão Manhiça para que deliberássemos a necessidade de se separar o Conselho de Administração das

TDM e da mcel. Preparámos o instrumento legal, para que, depois das transformações feitas, o Conselho de Ministros aprovasse um decreto em que essas duas entidades fossem separadas.

Ficou alguma mágoa por parte de algumas pessoas, tanto que a Mcel alugou as torres das TDM, criando barreiras ao novo operador.

É por esta razão que este país está inundado de antenas, é em resultado dessa negociação de cedência de instalações de torres de transmissão.

das telecomunicações. Nós saímos de uma teledensidade baixa, do tempo do Eng.º António Fernandes, fomos prosseguindo nas comunicações, e estamos onde estamos hoje, com maior cobertura. Devemos caminhar no sentido dos moçambicanos terem maior acesso à Internet, em qualquer lugar, e os operadores das telecomunicações devem ter consciência de que vender megas é um negócio.

É salutar que a Movitel esteja a abranger todo o território nacional, principalmente os distritos recônditos, como Machaze, na província de Gaza, que faz fronteira com a província de Manica e Inhambane.

suas obras, por aquilo que fez, ou pelo seu nome. Devemos pensar que aquele que vem depois de mim deve ter maior conhecimento para fazer melhor.

3. As vossas discussões de debate devem estar à volta do conhecimento de como melhorar as vossas responsabilidades no mercado das telecomunicações, usando o espaço que temos para induzir debates técnicos sobre matérias que são importantes para as telecomunicações.

4. Respeito conquista-se na base do conhecimento.

Por fim, o esforço desse regulador

LIÇÕES QUE VOS QUERO DEIXAR

1. **O conhecimento:** vocês estão numa instituição em que o conhecimento é fundamental. O mercado das telecomunicações, das tecnologias de comunicação e informação cresce a uma velocidade surreal. Procurem, sempre que possível, elevar a vossa capacidade técnica. Este Instituto já foi considerado uma referência na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), isso deve ser consolidado com o aumento do vosso conhecimento.

2. **O trabalho em equipa:** os homens passam e as instituições ficam. Devemos procurar saber como cada um de nós quer ser lembrado, pelas



INCM: 25 ANOS A RESPONDER AOS DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO

Registo de cartões “SIM” garante ao público Segurança e serviços de valor acrescentado

O desenvolvimento da tecnologia no sector das comunicações colocou ao país desafios que levaram ao surgimento do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM). De acordo com o seu Director-geral, Américo Muchanga, durante os 25 anos de sua existência, o INCM tem conseguido dar respostas a cada momento, como se exige de um regulador.

A história do INCM iniciou em

INCM FOI CRIADO PENSANDO-SE NA CONCORRÊNCIA DO MERCADO

Olhando para o contexto em que o país se encontrava quando surgiu o INCM, que motivos determinaram a sua criação?

R. É verdade que o INCM nasce num

1992. Nessa altura o sector ainda não estava liberalizado. No entanto, percebia-se que o mercado se tornava cada vez mais exigente, e a Lei 8/99 viria a dar início a respostas que o Estado moçambicano devia dar, criando condições para a abertura de espaço para a entrada de novos operadores, num espaço dominado pelas Telecomunicações de Moçambique (TDM). Esta abertura, que se verificou ao longo dos anos, com a aprovação de outras leis, não só contribuiu para a entrada de no-

vos operadores, como também para o estabelecimento do INCM que conhecemos hoje.

Nesta entrevista, Américo Muchanga explica como a abertura do mercado contribuiu para a ligação do país, permitindo que pessoas dos distritos passassem a fazer parte da rede de telecomunicações. Nela ele mostra também as vantagens, em termos de segurança, do registo de cartões SIM e tira dúvidas em relação à migração digital.



o maior provedor de serviços de telecomunicações era a TDM, foi a actuação de outras entidades entre elas o Estado, que usavam alguns recursos escassos, neste caso frequências. Só para dar alguma ideia, tínhamos as Forças Armadas, a Aviação Civil, o Transporte Marítimo, a quem eram atribuídas frequências, através da TDM. Nessa altura, começa a surgir a ideia de que é preciso ter uma entidade autónoma para gerir os participados eléctricos e assim foi criado o INCM, formado maioritariamente por pessoal que vinha da TDM.

Em 1999, evoluiu para o que é hoje. Foi nesse ano que o Estado aprovou a Lei 8/99, por sinal, a primeira que liberaliza o sector das Telecomunicações. Esta lei deixa claro que haverá liberalização do sector e entrada de operadores, no mercado, que vão competir com as empresas do Estado. Sendo a TDM a primeira e Mcel a segunda. Embora esta fizesse, na altura, parte da TDM, era necessário ter uma entidade autónoma para regular o sector, e não podia ser o INCM de então, que era uma espécie de direcção nacional do Ministério dos Transportes e Comunicações, dependente deste, com uma perspectiva de subordinação e não de tutela.

P. Significa que nessa altura não tinha autonomia financeira e administrativa?

R. Não tinha. Nessa altura, O INCM era uma entidade subordinada ao Ministério dos Transportes e Comunicações, assim como existem muitos outros institutos, nos dias de hoje, subordinados a vários ministérios. Nessa altura, e no âmbito dessa nova lei, decidiu-se que era preciso dar-se ao INCM autonomia patrimonial, administrativa e financeira, aplicando a Lei de 1999.

P. Como podemos olhar para a Lei 8/99 como elemento transformador do INCM para o que temos hoje?

R. A Lei 8/99 diz que o INCM é a Autoridade Reguladora dos sectores postal e das telecomunicações, e isto é o que levou à grande transformação do INCM, o que ocorreu em 2001. A Lei foi aprovada em 1999 e começou-se a trabalhar no sentido de desenhar novos estatutos. O INCM que temos hoje tem estatutos aprovados em 2001. É aí onde, efectivamente, muda de figura e passa a ser uma entidade com autonomia patrimonial, administrativa e financeira. Criou-se a ideia de haver um conselho administrativo não executivo, direcção geral executiva,

passou-se de uma situação de um director nacional com departamentos, para uma situação de vários directores e um director-geral, isto ainda na parte dos estatutos que criam o INCM que temos hoje, no âmbito da Lei 8/99. Mas, em 2004, o Parlamento adoptou uma nova Lei das Telecomunicações, que melhora em vários aspectos a abertura feita em 1999. Em particular, dizia-se que em 1999 a TDM seria privatizada e, sendo assim, teria cinco anos de operação no monopólio, à espera de estabilizar-se. Numa situação em que estivesse preparada para a competição, seria licenciada uma entidade para competir com ela. De 2001 a 2003 fica claro que a progressão da TDM não seria assim tão fácil, daí que se decidiu criar uma nova lei, que não falasse da privatização simplesmente, mas também que o monopólio da telefonia móvel iria terminar dentro de um certo período, e nesse caso, até dia 31 de Dezembro de 2007, e depois disso o mercado estaria aberto para a competição completa, mesmo para a telefonia fixa.

A Lei de 2004 veio reforçar os poderes reguladores. Primeiro surgiu o regulador de 1992, na Lei de 99, que tinha poderes de autonomia, e estes foram processados na Lei de 1994. Estes poderes, uma vez reforçados em 2004, contribuíram para o estabelecimento do primeiro Conselho de Administração, em 2006. Entre o momento em que foi criado o INCM e o Conselho de Administração, a figura que existia era a de Presidente do Conselho de Administração, mas, basicamente, para trabalhar com a Direcção Geral e levar a cabo todo o processo de regulamentação da lei. Quando se fala de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, significa que, como não recebe Orçamento do Estado, era preciso que o INCM garantisse as receitas suficientes para cobrir o custo de toda esta alteração, que incluía o funcionamento da Direcção Geral e de toda Administração. Efectivamente, o INCM começou em 2007 a funcionar como uma instituição do sector das telecomunicações, tal como previsto em 1994 e 1999.

Tendo em conta a entrada de outros

operadores no mercado, a mudança do paradigma a nível das telecomunicações, conversão tecnológica e outras obrigou o Governo a preparar uma nova lei, aprovada no ano passado (2016), e agora estamos na terceira Lei das Telecomunicações. Em princípio, esta nova lei está estruturada para prevalecer por muitos anos, porque abandona o conceito de serviço associado à tecnologia, e já não falamos de serviços de telefonia fixa associados a uma infra-estrutura de telefonia fixa. Pode-se fornecer serviços telefónicos fixos, usando uma rede móvel ou fixa ou rede de satélite, a tecnologia em si já não é parte do serviço. Mesmo no serviço móvel, nós

dissemos serviço telefónico móvel. Dizer fornecimento de serviços móveis usando o GSM, MTS ou Real TV é apenas diferença de tecnologia, mas o serviço mantém-se o mesmo. Por causa disso, a nova lei já dá muita estabilidade, porque pode haver alterações tecnológicas, mas o serviço não vai mudar. O serviço de dados será de dados, o serviço telefónico será telefónico. Outro facto é que começam a surgir outros problemas, de natureza de integração de tecnologias, que a nova lei vem responder. Por exemplo, os serviços de rádio antes eram

fornecidos de uma rede própria, mas, hoje em dia, sabemos que podem ser fornecidos por uma rede de telecomunicações, rede de Internet e mais. A nova lei tenta regular esses aspectos.

P. Então falamos apenas de evolução ou também de um reconhecimento em relação ao papel do INCM?

R. Há uma evolução, que traz, por esta via, uma pequena movimentação. Antes dizíamos Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique, Autoridade Reguladora dos Serviços das Telecomunicações. A nova lei diz Autoridade Reguladora das Comunicações-INCM. Na nova lei se reconhece, de facto, que há o INCM como autoridade reguladora das telecomunicações.

Mudou a designação e nós continuamos a dizer Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique, mas no cumprimento da lei seremos obrigados a adoptar a designação que o Parlamento aprovou, que é Autoridade Reguladora das Comunicações.

sempenhado pelos ministros que ocuparam a pasta dos Transportes e Comunicações.

P. Quais são as principais acções do INCM?

R. O INCM, apesar de ser uma instituição grande, o que faz é resumido em cinco acções principais: primeiro, participar

OS MOMENTOS QUE MARCARAM OS 25 ANOS DO INCM

A eficiência do INCM resulta da sua autonomia. O Governo, segundo o Director-geral, Américo Muchanga, tem permitido que esta instituição desempenhe as suas

obrigações com toda a liberdade. O resultado foi ter mais gente com acesso ao telefone e o desenvolvimento do sector. Estes resultados devem-se ao papel de-

no processo de disseminação da legislação dos sectores. Quando são decretos, quem aprova é o Conselho de Ministros, mas sob ponto de vista técnico são aprovados pelo INCM. Mesmo esses documentos que depois chegam ao Conselho de Ministros e depois ao Parlamento, muitas das vezes têm a sua origem aqui. Não que essas entidades não possam iniciar uma legislação, muito pelo contrário, elas têm e é por isso que dissemos que o INCM participa na regulamentação, mas, naturalmente, gerimos e regulamos os sectores. A segunda acção é licenciar os operadores postais, os provedores de serviços de telecomunicações, Internet, rádio de comunicações, técnicas de radiodifusão; a terceira acção é gerir o espectro da dieléctrica, uma grande arte das comunicações radiofónicas, que é feita com base nas frequências radioeléctricas. Então há uma entidade que se dedica a decidir que frequência atribuir a este ou aquele serviço, e uma vez atribuída a frequência, deve-se assegurar que "A" não interfira no "B", que é a parte da monitorização, que visa assegurar que não venha alguém, de forma oculta, começar a transmitir; a quarta é a fiscalização, que ocorre em duas dimensões: uma é fiscalizar para assegurar que todas as entidades obedeçam às competências estabelecidas na lei, e, em segundo lugar, fiscalizar o cumprimento dos termos de licenças; a quinta e última é a homologação de equipamentos, daí que qualquer equipamento que transmite, em qualquer parte de Moçambique, deve ser aprovado pela Reguladora, antes de ser usado, para se ter certeza de que obedece aos padrões internacionais e que não vai interferir nos equipamentos de outros. Por exemplo, o seu celular foi homologado pelo INCM, o remoto controlo de um carro foi homologado pelo INCM, assim como rádios e televisões.

P. Durante os 25 anos de existência do INCM, diferentes políticas foram adoptadas. Quais são as fases que considera mais consistentes para a evolução do INCM?

R. Olhando para o papel do INCM como um regulador estratégico das telecomunicações, o primeiro momento marcante foi quando se decidiu a sua criação, em 1992. Os que estavam aqui, nessa altura, tomaram a decisão de que as frequências não podiam ser reguladas por um operador de televisão de longo prazo e estas



personas tiveram uma grande visão. O segundo momento foi quando, em 1992, o Governo decidiu liberalizar o sector. Nesse momento, vê que este sector não vai crescer se tivermos como única operadora a TDM, numa altura em que o número de linhas telefónicas existentes no país era de 60 mil, para mais de 20 milhões de habitantes. Pouca gente tinha acesso aos serviços das telecomunicações. Mas o ministro, na época, Tomás Salomão, teve um papel importante, pois, para além da lei, houve a prática efectiva. Por exemplo, foi no período de Tomás Salomão que se introduziu a segunda operadora de telefonia móvel, a Vodacom, que veio competir com a Mcel; foi nessa altura que se separou a TDM da Mcel, e que se estabeleceu a estrutura de governação do INCM. Antes de Tomás Salomão, um dos ministros que marcou o sector de Transportes e Comunicações foi Armando Guebuza. Há também outros que contribuíram para chegarmos ao estágio em que estamos hoje, como é o caso dos ministros Paulo Zucula e Carlos Mesquita, todos eles tiveram uma contribuição. Por exemplo, nós trouxemos a Movitel, na altura do Ministro Zucula, e esta operadora transformou aquilo que era o estágio da nossa indústria. Tínhamos as duas operadoras, mas estavam somente nas grandes cidades e alguns

distritos, como Nacala e Vilankulo, onde tem forte actividade económica, nas sedes distritais não havia telefonia móvel.

A Movitel mostrou grande vontade de expandir-se e em dois anos transformou a parte rural, com o mesmo acesso que se pode ter nas zonas urbanas e, em alguns casos até melhor.

O Ministério dos Transportes e Comunicações tem tido, ao longo destes últimos 25 anos, dirigentes com muita visão do futuro, e têm sido também dirigentes que arriscam tanto, porque algumas dessas decisões podem ter impactos negativos ou positivos para a economia nacional. Introduzir a Vodacom enquanto tínhamos a Mcel foi uma decisão de risco, uma vez tratar-se de empresa do Estado, mas essa conectividade colocou a Mcel numa situação de crescimento. Foi desafiada e, por conseguinte, teve que partir para diversos serviços de telefonia. Antes de entrar a Vodacom, o utente só podia usar os serviços de telecomunicações se tivesse contrato e uma conta bancária. Tinha que autorizar a operadora a seguir a sua conta bancária para cobrar o que o utente utilizou. O resultado disso é que, de 1997 até mais ou menos 2003, quando entrou a Vodacom, só tinha menos de duzentos mil clientes, num período de quase sete anos. Em um ano, já com a Vodacom, o número subiu para muito perto de dois milhões de subscritores, o que quer dizer que a densidade estava lá, juntamente com a demanda, mas não estava a ser utilizada porque havia uma barreira muito grande.

A competição trouxe ganhos, embora as empresas do Estado tenham tentado convencer ao Governo de que não era oportuna. Mesmo a entrada de uma terceira operadora móvel foi uma decisão de risco, porque já havia um grande mercado, dominado pelas duas operadoras, e que aparentemente não podia crescer. Mas tem crescido, e se esta terceira tiver sucesso, não significa a morte destas duas redes. Neste caso, a terceira operadora não só trouxe sucesso nacional, mas, sobretudo colocou muitos moçambicanos conectados à Internet, e vejo as comunicações a crescerem cada vez mais, e vamos partir para novos desafios, implementando serviços de quarta geração e, no futuro, serviços de quinta geração; vamos passar de uma situação em que os serviços são maioritariamente de voz para serem maioritariamente de dados.

dora. Estamos a crescer, a aprender e, claramente, reconhecemos que estamos sob tutela do Governo, que tem olhado para a independência do regulador, dando-lhe espaço para também tomar decisões. Já tivemos quatro ministros, mas em momento algum interferiram na tomada de decisões no INCM. Depois de 1992, expandiu-se um pouco mais e criaram-se delegações regionais, com uma delegação na Beira e outra em Nampula, região centro e norte, respectivamente. Nesse momento, o INCM já tinha

UMA APOSTA NO PATRIMÓNIO E NOS RECURSOS HUMANOS

P. E em termos patrimoniais e estruturais, o que foi conseguido nestes 25 anos do INCM?

R. A concessão da autonomia patrimonial e financeira ao INCM foi uma decisão importante para a consolidação do

sector. Noutros países, muitos reguladores reclamam a falta dessa autonomia e há muita indiferença por parte dos governos. Cá em Moçambique, o Governo sempre deu poder para regular o sector e isto contribuiu para a auto-afirmação do INCM como uma autoridade regula-

uma presença em Maputo, Beira, Tete, Zambézia e Nampula, com todo o património autónomo, portanto, financeiro e patrimonial, gerido pelo INCM. A nível da sede, temos infra-estruturas próprias. Na província de Nampula também temos o património próprio, e estamos a lutar para termos noutros sítios, onde estamos a alugar para o nosso funcionamento. A residência da PCA do INCM é um património próprio da Instituição.

A nível do património, o edifício do INCM em Maputo é de alta qualidade, em Nampula também temos de boa qualidade, também temos um património móvel. Em Maputo, Beira, Nampula, Tete e Zambézia temos três estações fixas e uma ou duas móveis, consoante os casos, para a gestão do espectro. Estamos a falar de viaturas que podem levar um equipa-

mento que pode custar muito perto de quatrocentos mil dólares.

O rácio de quadros que o INCM tem é elevado em relação a todas as instituições públicas, e no género feminino, quase 30 têm formação superior. Não temos o caso de ter muitas mulheres com formação superior, onde o tipo de trabalho não necessita de formação desse nível. O capital humano do INCM é bom para a natureza do serviço, mas temos o desafio de formação, porque esta é uma área que se transforma de um dia para outro. Há quatro anos, ninguém falava de 4G, e falamos normalmente, hoje em dia, inclusive já estamos a pensar em 5G e a pensar ainda em desafios sobre segurança, o que exige a actualização dos nossos quadros para que estejam à altura de responder às mudanças.

REGISTO DE CARTÕES GARANTE A SEGURANÇA DAS PESSOAS

O desenvolvimento traz consigo desafios a nível da segurança. O País precisava, segundo o Director-geral do INCM, Américo Muchanga, de preparar-se para responder ao uso das telecomunicações para fins criminais.

P. Falando em regular o sector das telecomunicações, o INCM entrou em certos desafios difíceis de serem compreendidos pela sociedade, tal é o caso do registo dos cartões SIM. Quais são as vantagens desta acção?

R. Infelizmente, nem todas as pessoas que usam os meios de comunicação o fazem para o bem. Olha que na altura em que tínhamos somente o telefone fixo, a pessoa sabia de onde era feita a chamada e até publicávamos uma lista telefónica com a localização de todos os utentes. Portanto, sabia-se quem usava o telefone, a partir de que ponto e para onde a pessoa ligava. Estas necessidades do telefone ser fixo não eram porque alguém pensou em aspectos de segurança, mas pelas limitações existentes naquele tempo. De repente, o homem decide libertar-se, tendo o telefone móvel para andar de um lado para o outro. Nota-se que aqui em Moçambique, como aconteceu noutros países, quando surgiu a tecnologia da telefonia móvel também era por contrato,

ou seja, apesar de não sabermos onde a pessoa estava fisicamente, sabíamos quem era e até tínhamos o seu número de conta bancária. Pensamos que essa barreira de ter o número de conta bancária não é adequada e decidimos introduzir o pré-pago, daí que o operador não fica prejudicado, porque o indivíduo paga o serviço antes e só depois começa a falar. A situação veio a mudar quando se começou a introduzir qualquer cartão no celular e começar-se a mandar mensagens de insulto ou para combinar crimes. Quer dizer, a facilidade existente abriu oportunidade para cometer-se crimes. Daí que surgiu a ideia de registar o cartão SIM e é uma prática que começou na Europa, mesmo por causa do seu uso fraudulento. Entre nós, a decisão de registar os cartões surge quando atingimos cerca de cinco milhões de utentes subscritos no mercado, número que, em norma, tinha que ser atingido em tempo reduzido, o que também exigiu um grande esforço e, no fim, foi difícil materializar o registo, devido aos im-

postos, a complexidade de chegar às zonas rurais, para atingir as pessoas que querem falar. Uma vez registado o SIM, quem quiser cometer um crime olha essa parte do registo do cartão como sendo um estorvo e quem está a sofrer o crime olha para o registo como sendo algo vantajoso. Por exem-



O rácio de quadros que o INCM tem é elevado em relação a todas as instituições públicas e o género feminino, quase 30, tem formação superior.

plo, se lhe mando uma mensagem a insultar, a primeira coisa que vais procurar saber é quem é a pessoa, e de seguida vais ligar para a operadora a perguntar quem é. Daí que vais meter uma queixa na esquadra e a Polícia vai proceder com as investigações, pedindo autorização à operadora para que lhe conceda os dados e localização do infractor. A ideia do acto do registo é proteger o cidadão, porque, nessas circunstâncias, fica difícil saber quem é a pessoa que está a fazer a, b ou c, se não tiver o registo.

Outra vantagem é que fornecemos ao cliente serviços móveis como o mkesh ou m-pesa, que funcionam a partir do momento em que já tens a base, que é o registo do SIM e facilmente adereres, porque a operadora sabe quem tu és e já podes comprar o que quiseres.

Então, faz parte da posição do INCM o seguinte: O registo é importante para a protecção do cidadão; fornecer serviços e valores acrescentados na sua conta móvel; o registo é difícil de fazer porque grande parte da população é rural e não está devidamente identificada; há casos em que algumas pessoas identificadas são portadoras de identificação falsa e podemos fazer registo, mas quando procuramos saber efectivamente quem é essa pessoa, percebemos que tem BI, por exemplo, de Montepuez, mas ele nunca foi para lá. É verdade que o problema de falsificação de documentos existirá, quer haja sistema de comunicações, quer não, porque se alguém comete crime, procura esconder-se de várias formas possíveis.

Se não controlarmos o registo dos cartões, o nosso país abre espaço não só para a fragilidade nacional, como também para o branqueamento de capitais, rapto de pessoas e vários crimes cibernéticos, que podem ser usados para desestabilizar económica e politicamente, e este é o grande problema que vejo para o futuro: a cibersegurança.

MIGRAÇÃO DIGITAL

A migração digital em Moçambique será feita em dois anos. Segundo o Director-geral do INCM, Américo Muchanga, há muitas pessoas que não têm capacidade para cumprir com as exigências desta migração, “e enquanto elas não tiverem meios para mudar o equipamento para o digital, não se pode desligar o analógico, se não ficam às escuras e sem o sinal”.

P. O INCM também tem pela frente o desafio da migração digital. Como é que está este processo?

R. A difusão dos serviços digitais é um processo extremamente importante para toda a sociedade e é, naturalmente, importante para a comunicação. Acontece que o espectro existente para fazer televisão é muito limitado para a entrada do privado nos serviços que permitem operar a televisão. A primeira razão para migrar de televisão analógica para a digital é que queremos acomodar múltiplos canais dentro de uma cidade. Por exemplo, em Maputo tínhamos 12 canais de televisão e não podíamos ter mais do que isso. Significava que não podíamos ter canais de desporto, diferentes canais de música, notícias, cultura, saúde, educação e mais, por estar limitados. Digitalizando, abre-se mais espaço. Por exemplo, um canal como a TVM atribuído no sistema analógico, se for comprimido, no mesmo podem caber 16 ou 32 canais, e logo de imediato, já tenho um espaço para ter TVM1, TVM Notícias, Deperto, Música Clássica, Marrabenta, tudo isso no mesmo canal, e até poderia haver problema de programação.

A segunda razão é que a televisão digital traz consigo a qualidade de imagem, som, multiplicidade de conteúdos e, finalmente, a interactividade, dando oportunidade aos telespectadores de interagirem com o estúdio, a partir de casa. Podemos estar a ver uma notícia e comentar no mesmo instante. Pode-se dar o caso de que alguém esteja há mais de dezasseis anos com o sistema analógico e se calhar investiu em novos equipamentos, mas por causa da digitalização quer substituir tudo em um ano, claramente precisará de muito mais dinheiro e será um desafio. O que faz com que nós, até agora, não consigamos cumprir com essa decisão de fazer a migração por completo é falta de condições. Embora estejam garantidas, o desafio não termina aí, porque o problema não é só de dinheiro, mas também dos canais,

emissões e assegurar que as pessoas em casa tenham um dispositivo que vai permitir receber os sinais digitais, que são diferentes dos sinais analógicos. No entanto, é um trabalho não só do descodificador, como também da montagem de antenas e as devidas configurações.

Há muitas pessoas que não têm capacidade de fazer isso e enquanto elas não tiverem condições para mudar de equipamento analógico para o digital, não se pode desligar o analógico, se não ficam às escuras e sem o sinal. Há um desafio grande para a implementação do processo, temos de assegurar que todos em casa tenham montado equipamentos digitais, que possibilitem receber o sinal digital. Quando tudo estiver materializado, a televisão em Moçambique não será como a conhecemos hoje.

P. Quanto tempo Moçambique pode esperar?

R. No âmbito do projecto aprovado recentemente, a ideia é fazer isso em 18 meses, mas creio que vai levar dois anos. Repare que quando começámos

o processo de migração em 2010/11, Brasil já tinha começado o seu processo de migração, e neste ano fiquei a saber, na minha visita a este país, que ainda tem emissões analógicas a funcionar. Isto é, tem cidades que tem o termo digital, mas continuam com o analógico, porque não completaram a conversão. O nosso objectivo em termos de plano é alargar os 18 meses para dois anos, mas a prática pode ditar que se leve mais tempo. Se formos a ver, os países europeus, na sua maioria, fizeram a sua conversão em dez anos, começando do momento em que foi tomada a decisão, em 2006, terminando no final de 2015. Muitos deles conseguiram fazer dentro do período. O problema é que a maioria dos países africanos tem uma janela muito pequena e é por isso que são pressionados a concluir o processo, porque o prazo terminou em 2015 e nós estamos fora do prazo.

P. E quais são as consequências disso?

R. Como consequência, temos aqui a falta de protecção contra as interferências do sinal. Neste momento, a consequência para Moçambique é que pode haver, nas fronteiras em particular, estações de base dos países vizinhos, que vão interferir, naturalmente, e nesse caso não temos onde queixar.

DESAFIOS DE COMUNICAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE

P. Como regulador, que desafios se colocam ao nosso país em termos de telecomunicações?

R. Aquilo que vemos, como regulador das Comunicações, é que o nosso país tem de aumentar, nos próximos anos, a infra-estrutura de banda larga, neste caso o 3G e 4G, não somente nas capitais provinciais, como também nos centros distritais, postos administrativos e nas localidades. Precisamos também aumentar os serviços que tomam vantagem das infra-estruturas, precisamos ter aplicações como mkesh, m-pesa e m-mola, que permitem comprar serviços na Internet, como, por exemplo, o credelec, e que colocam a informação a fluir.

Os moçambicanos precisam desenvolver soluções de serviços para tirarem vantagens da economia digital, levando os nossos produtos a serem vendidos no exterior, com base na

estrutura de telecomunicações, por exemplo, aplicações de mobile banking.

Temos de preparar-nos para casos de ataques de cibersegurança. Necessitamos de precaver-nos da alta tecnologia, dado que, daqui a alguns anos, os carros não vão precisar de motoristas, porque, com base nas tecnologias, será possível conduzir. A locomoção dessas viaturas precisa de um centro de transmissão e numa viagem autónoma estará a comunicar-se com os asseguradores, que têm câmaras que vêem todos os componentes do carro e o seu respectivo movimento. Estes carros têm uma área de inteligência artificial extraordinária, e acredito que há-de reduzir o número de acidentes na estrada, por estas obedecerem ao comando. Pode ser que haja acidentes, caso haja problemas de software ou mecânicos e o sensor falhar. São coisas de tecnologias.

Aconteceu!



A celebração dos 25 anos do INCM foi um facto, bastando recordar-nos dos principais eventos dedicados à efeméride e com alguma réplica nas cidades onde existem as delegações provinciais: um concorrido *workshop* centrado na origem e logros do INCM, apresentação do vídeo institucional, uma volta em bicicleta e a inauguração recente do sinal grátis de Internet no Jardim Municipal Tunduru.

Juntaram-se ao INCM altas individualidades do sector das comunicações, representantes da indústria e comércio do sector, estudantes, comunicação social, entre outros parceiros. Não faltaram, claro, os próprios *donos da casa*.

O ponto mais alto de todo o movimento comemorativo, foi o reconhecimento em público dos 36 funcionários que completaram 25 anos prestando serviço à instituição (em ordem alfabética): Adriana Pedro Rafael; Albertina Checo; Aníbal Francisco Chichango; Anselmo Ferrão; Augusto Qualquer Almoço; Baptista Matavele; Bernardo Matsule; Bernardo Ngulela; Cacilda Leonardo; Celeste Tai-

minanga; Crisanta Joana Manhica; Elsa Manhica; Ema Maria Santos Chicoco; Eugénia Bonete Martinho; Evelina Chambala Mazivila; Fátima Oliveira; Felisberto Fenhana; Francisco Eduardo Chate; Francisco Fernandes Júnior; Guiomar dos Santos Cutana; Hilário José Loureiro Tamele; Isac Belo Mabota; João Armando Cossa; João Jorge; Joaquim Macuácuá; Judith Lélia Martins; Júlio Munjovo Júnior; Maria Isabel Congolo; Mário Jose Nihatxamana; Miguel Salvador Igreja; Moisés João Ngomane; Noémia da Graça Lourenço; Paulo Eduardo Mondlane; Salomão Naife; Salomão Rafael Calangue; e Simone Menomussanga.

E tudo começou pelo *Workshop* "25 Anos Regulando as Comunicações". O Secretário Permanente (SP), Pedro Augusto Inglês, em representação do Ministro dos Transportes e Comunicações, declarou no acto da sua abertura solene que "a vida do INCM se confunde, em todas as vertentes, com a história da regulação das comunicações no país. Desde os primórdios, esta instituição, cuja atribuição é a regulação e fiscalização dos Sectores Postal e de Telecomunicações, bem como a gestão do espectro de frequências radioeléctricas, tem-se destacado pela maneira sábia com que tem imposto as regras e fiscalizado o seu

cumprimento pelos intervenientes no mercado e, a nível regional e internacional, tem representado o Estado moçambicano, especialmente na União Internacional das Telecomunicações, na Associação dos Reguladores das Comunicações e Telecomunicações da CPLP, bem como na União Postal Africana".

O convidado e orador especial, Tomaz Salomão, ex-Ministro dos Transportes e Comunicações, fez-nos regressar no tempo e espaço, com uma quase precisão e pormenor milimétrico, para vermos como tudo aconteceu e porquê somos o que hoje somos. Daí o seu tema *Nas origens do INCM*.

Rui Lousã, antigo Ministro dos Transportes e Comunicações, nos anos 80, participou, enviando uma gratificante e elogiosa mensagem lida no local; António Fernando, Vice-Ministro dos Transportes e Comunicações, durante o período de..., fez-se presente através da voz e imagem, com um notório dom de contar histórias vivenciadas.

Depois, seguiu o Director-geral, Américo Muchanga, dissertando sobre *Os desafios da regulação e o futuro*, e o Chefe do Gabinete dos Sistemas de Informação, Adilson Gomes, que atraiu a atenção dos presentes à matéria *Segurança cibernética centrada no cidadão*.

Contrariando os cépticos, a volta em bicicleta constituiu também um dos momentos brilhantes: filiados e não filiados à Associação de Ciclistas, abrihantaram o dia 10 de Setembro com pedaladas inesquecíveis. Houve espaço para crianças, adolescentes e adultos, bem como para a entrega dos troféus aos primeiros três vencedores. A camisola INCM foi distribuída e vestida no local.

A propósito, a Presidente do Conselho de Administração (PCA) do INCM, Ema Chicoco, prestou, na ocasião de abertura do aludido *workshop*, homenagem ao primeiro PCA desta instituição, Salomão Júlio Manhica, "cujo nome foi atribuído ao auditório onde nos encontramos e decorre este *workshop*". "Ele foi um dos grandes contribuintes para o lançamento dos primeiros alicerces do que é hoje conhecido como Autoridade Reguladora das Comunicações", frisou.

Ema Chicoco viria a sublinhar: "Sob a orientação do antigo PCA do INCM, foram tomadas importantes decisões, deliberações e avançadas propostas de legislação do sector das comunicações no país. Reconhecemos o seu contributo na concepção, criação e consolidação desta instituição".

Números falam por si

O papel do INCM na liberalização do mercado foi importante. De 1992 a 2017, passou-se de um único operador de telefonia fixa, e de um único operador dos serviços postais, para três de telefonia móvel celular, além de um de telefonia fixa, e para 50 operadores postais. Tudo isto ilustra o papel facilitador e a liderança que o Regulador assumiu ao longo dos 25 anos.

Hoje, existem mais de 13 milhões de subscritores da telefonia móvel celular e mais de 83 mil de telefonia fixa. Os provedores dos serviços de valor acrescentado são em número de 69.

Em termos de cobertura, temos o seguinte quadro: as 11 províncias do país encontram-

-se cobertas; o mesmo acontece com os 154 distritos. Entretanto, do total dos 408 postos

administrativos, apenas 365 se encontram cobertos.

1. LICENCIAMENTOS

1.1 POSTAL – ENTIDADES LICENCIADAS

Ano	2016	2017
Numero total de entidades licenciadas	40	50

1.2 POSTAL – NÚMERO DE ENTIDADES LICENCIADAS POR ANO

Número de entidades licenciadas	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	3	3	4	4	1	4	4	5	3	10

1.3 POSTAL – ENTIDADES LICENCIADAS POR PROVÍNCIA

Número de entidades licenciadas	Maputo	Gaza	Inhambane	Sofala	Manica	Tete	Zambezia	Nampula	C. Delgado	Niassa
	37	-	-	7	-	2	-	4	-	-

1.4 TELECOMUNICAÇÕES – LICENCIAMENTOS DE 2015, 2016 E 1O SEMESTRE 2017

Ordem	Tipo de serviço prestado	2015	2016	2017
1	Transmissão de Dados (T Dados)	0	1	0
2	Rede de transporte de telecomunicações Internacionais (RTTI)	0	1	0
3	Instalação e manutenção de equipamentos de telecomunicações (IMET)	3	1	1
4	Telecomunicações de Valor Acrescentado (TVA)	3	4	5
5	Provedores de Serviço de Acesso a Internet (ISP)	1	0	1
	Total	7	7	7

1.5 TELECOMUNICAÇÕES – TOTAL DE LICENCIAMENTOS POR TIPO DE SERVIÇO

Operadores e prestadores do Serviço de Telecomunicações		N. de Entidades		
Ordem	Tipo de serviço prestado	2015	2016	2017
1	Telefonia Móvel (T Móvel)	3	3	3
2	Telefonia Fixa (T Fixa)	1	1	1
3	Transmissão de Dados (T Dados)	23	24	24
4	Rede de transporte de telecomunicações Internacionais (RTTI)	11	12	12
5	Instalação e manutenção de equipamentos de telecomunicações (IMET)	8	9	10
6	Móvel por satélite (M Sat)	1	1	1
7	Acesso a Internet (ISP)	32	32	33
8	Internet café (I Café)	9	9	9
9	Telecomunicações de valor acrescentado (TVA)	57	64	69
10	Televisão por Cabo (Tv Cabo)	3	3	3
11	Televisão por Satélite (Tv Sat)	2	2	2
12	Distribuição de Sinais de Televisão Digital Terrestre Subscrita (DSTDTs)	3	4	4
13	Apoio a assinantes de TV paga	1	1	1
14	Rede FWA-acesso fixo via rádio	5	5	5
	Redes privadas	4	4	4
16	Serviços privados	1	1	1
17	Recargas eletrónicas do pré-pago	1	1	1
	Total	165	176	183

2. INFORMAÇÃO SOBRE OPERADORES DE TELEFONIA

2.1 NÚMERO DE SUBSCRITORES EM 2017 (ATÉ SETEMBRO)

Operador (móvel)	Número de Subscritores		% Subscritores	
	2016	2017	2016	2017
mCel	4,602,157	4,120,949	31%	30%
Movitel	4,882,979	4,079,515	32%	30%
Vodacom	5,540,462	5,385,443	37%	40%
Total	15,025,598	13,585,907	100%	100%
Operador (fixo)				
TDM	88,765	83,708		

2.2 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SUBSCRITORES 2012 - 2017

Operador (móvel)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
mCel	5,214,336	5,819,147	6,159,992	5,353,278	4,602,157	4,120,949
Movitel	4,700,000	5,900,291	7,234,803	9,918,719	4,882,979	4,079,515
Vodacom	2,894,144	4,164,382	5,049,424	4,862,935	5,540,462	5,385,443
Total	12,808,480	15,883,820	18,444,219	20,134,932	15,025,598	13,585,907

2.3 EVOLUÇÃO DAS TARIFAS DE INTERLIGAÇÃO 2012 - 2017 (METICAIS)

Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Tarifa simétrica	2.5	1.99	1.44	0.86	0.86	0.25



RUI LOUSÃ FELICITA INCM PELOS 25 ANOS

Departamento de Gestão de Frequências dos CTT visto como embrião do INCM

Numa mensagem enviada ao INCM por ocasião da celebração dos 25 anos da sua existência, o antigo Ministro dos Correios, Telecomunicações e Aviação Civil, Rui Lousã, defendeu que o país não pode ficar alheio ao processo de abertura para a entrada de novos operadores de telefonia.

A mensagem lembra o que o Eng.º Rui Lousã encontrou nos então CTT (Correios, Telefones e Telégrafos) quando, em Abril de 1980, tomou posse como ministro do sector: “Deparei-me com o vosso embrião, o Departamento de Gestão de Frequências. Chefiado pelo Sr. Zambujo, tinha apenas meia dúzia de trabalhadores, confinados numa única sala. É nessa longínqua data que se começava a perspectivar aquilo que foi uma enorme revolução no sector das telecomunicações e que ainda hoje se desenrola, com o crepúsculo das transmissões analógicas e o despertar das comunicações digitais”.

Destacando que “Moçambique não podia ficar alheio a este processo”, Lousã escreve que “é neste contexto que os sectores dos correios e das telecomunicações começam paulatinamente a deixar de ser um monopólio estatal, para se abrirem aos novos operadores”.

Perante este cenário, conforme observa o antigo Ministro dos Correios, “tornava-se inevitável a criação de um órgão estatal que regulasse e regulamentasse estes sectores, e que liminarmente fosse um árbitro nas previsíveis disputas entre os diversos actores”.

A mensagem termina lembrando aos profissionais do INCM as suas responsabilidades: “Pesa, pois, sobre vós uma grande responsabilidade, na vossa acção quotidiana e de planificação do sector, que exige um elevado profissionalismo e sobretudo ética e equidistância”.



Pesa pois sobre vós uma grande responsabilidade na vossa acção quotidiana e de planificação do sector, que exige um elevado profissionalismo e sobretudo ética e equidistância.

ANTÓNIO FERNANDES, ANTIGO VICE-MINISTRO DOS TRANSPORTES COMUNICAÇÕES

INCM percorreu um caminho de insistência e tenacidade

A Autoridade Reguladora das Comunicações-INCM, apresenta-se hoje, 25 anos depois da sua criação, como uma das instituições fundamentais para o desenvolvimento do sector das comunicações em Moçambique. O seu formato actual, de um organismo regulador, que tem contribuído para o dinamismo do mercado, foi sendo moldado com o tempo, para responder aos desafios que o país foi enfrentando.

Para o antigo Vice-Ministro dos Transportes e Comunicações, António Fernandes, precisamos voltar para os anos 1980 para descobrirmos a génese do INCM, quando o Governo toma a decisão de separar os correios e telefones de telégrafo. Fernandes chega mesmo a apresentar um “rosto” responsável do que chama de “revolução do sector das Comunicações”.

“Para mim, o pai da reforma ou da revolução no sector das Comunicações de Moçambique e dos Correios de Moçambique é o engenheiro Lousã, que, nos finais da década de 1980, consegue promover a separação dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT), uma única empresa, criando as empresas Correios de Moçambique EE e Telecomunicações de Moçambique EE, TDM.”

O antigo vice-ministro diz ter sido este o “primeiro grande processo de cora-



gem”, tomar a decisão de “separar esses dois sectores, para permitir que avançassem com muita força e de maneira independente”.

A criação do INCM veio depois desta separação, em 1992, sob proposta do Eng.º Lousã. É feita por decreto do

Conselho de Ministros, no dia 10 de Setembro. “É por isso que se decidiu que 10 de Setembro seria o Dia do INCM”, justifica Fernandes, antes de acrescentar que “mais tarde as empresas Correios de Moçambique e TDM são transformadas em Empresas Públicas”.

INCM É CENTRO DE DEBATE

Em 1994, António Fernandes foi nomeado vice-ministro dos Transportes e Comunicações e, por coincidência, foi para o edifício onde o Eng.º Lousã trabalhava, e com a responsabilidade de velar pelo sector dos Correios e Telecomunicações. Nessa altura, o Ministério era dirigido por Paulo Muchanga e, segundo Fernandes, “as grandes discussões aconteciam no INCM”.

O ex-dirigente era impressionado pelo elenco que se juntava para pensar o sector, entre eles João Jorge, Gilberto Fernandes, Francisco Chate, Hilário e Ema Chicoco. “Recordo-me que quando apresentava os grupos de trabalho no Ministério, eu dizia: esta senhora, Ema Chicoco, é a mulher que mais sabe de telecomunicações em Moçambique. Parece que tinha razão, porque, tanto quanto sei, ela agora é Presidente do Conselho de Administração do INCM.”

Mas não era apenas a actual PCA do INCM que impressionava Fernandes, mas sim todo um elenco, que fazia do debate um motor dinamizador do sector das Comunicações, que se tornou responsável pela construção de um regulador que inspira confiança ao Governo.

“Esse grupo de pessoas, dentro do Ministério, teve essa tarefa de repensar o sistema todo e apresentar soluções que tornaram possível, em Novembro de 1999, no final do mandato do Governo, levar ao Parlamento a nova Lei de Comunicações, que previa duas coisas: primeiro, o INCM, que tinha sido criado em 1992, por Decreto Ministerial, ser elevado à Autoridade Reguladora, o que lhe concedia mais força e autoridade; segundo, estabeleceu-se que o sector das comunicações era mais aberto.

“Em 1992, o que aconteceu foi uma

abertura para pequenos serviços como cabos, linhas telefónicas, construções ligadas às telecomunicações. Neste caso em concreto, a abertura ia ao core business, o prato fundamental das comunicações. Portanto, já era possível que operadores estrangeiros e privados nacionais viessem investir nas telecomunicações. Ao nível da linha fixa, a TDM poderia ser privatizada, mas havia um monopólio de 5 anos. Portanto, isso só aconteceria 5 anos depois. Estas foram as grandes transformações que aconteceram”.

A nova Lei das Telecomunicações, apresentada em 1999, seria muito mais que as transformações, principalmente no INCM. António Fernandes lembra que esta estabelecia um serviço Universal que consistia na alocação de fundos para estimular a expansão de serviços de telecomunicações para zonas remotas.

INCM DEVE PARTICIPAR NA INCLUSÃO FINANCEIRA

Para o antigo vice-ministro dos Transportes e Comunicações, o INCM vai compreendendo as necessidades do país, de acordo com o momento e as leis que são aprovadas, e tem por objectivo responder a essas exigências.

“No século XX, concretamente em 1999, o INCM tinha desafios de dimensão daquela altura. Portanto, o INCM trabalhava com duas empresas importantes, havia um punhado de rádios e televisões e alguns operadores de Internet. Hoje, o INCM lida com vários operadores de grande dimensão, em termos de telefonia móvel, e uma operadora fixa, estamos com, se calhar, duas ou três dezenas de rádios e televisões, estamos com centenas de operadores de Internet. Portanto, os desafios mudaram e a capacidade do INCM de atender a estes desafios tem de ser maior”.

Neste novo cenário, segundo Fernandes, existem dois desafios importantes: um, que é o INCM ter capacidade de participar na inclusão financeira, e o outro relacionado com as *Commodities top communications*.

“Nós vimos que quando vários sectores podem entrar no sistema financeiro, isso ajuda a economia do país a crescer e muitas destas operações são feitas por vias das telecomunicações. Portanto, o INCM tem de estar em altura de ajudar nesses processos. O último desafio tem a ver com as *commodities top communications*, estamos a falar do Whatsapp, Facebook, Instagram, Google, etc., que são ferramentas muito boas e ajudam a promover a comunicação e os negócios”.

No entanto, Fernandes não nega que estas ferramentas “ameaçam os grandes operadores de telecomunicações, porque roubam os clientes. Estas ferramentas fazem chamadas, enviam mensagens, o que quer dizer que o mercado dos operadores tradicionais fica reduzido”. Mesmo assim, o antigo dirigente defende que “o INCM deve ter a capacidade de aproveitar o benefício que é dado por estas ferramentas, mas também fazer com que os grandes operadores não desapareçam, ou, pelo menos, fazer com que os grandes operadores consigam adaptar-se a esses desafios”.

INCM é uma referência regional

O que fez com que, nestes 25 anos, o INCM fosse uma instituição de referência é a sua capacidade de enfrentar desafios. Pode entender-se essa ideia quando António Fernandes felicita esta instituição pelas *bodas de prata*.

“Felicitar o INCM por ter percorrido este caminho com insistência e tenacidade, e por ter se tornado numa instituição de referência a nível nacional e regional. Acredito que um dia será referência a nível mundial, pois acredito que o INCM tem essa capacidade e que um dia chegará a esse patamar”.

Mas chegar ao ponto mais alto vaticinado por António Fernandes exige muito mais dedicação. “Que o INCM continue a trabalhar com muita força e que se actualize todos os dias para acompanhar os avanços da tecnologia, para continuar os seus esforços de combate à pobreza, através da comunicação. Se não for por nós, que seja pelas crianças das gerações vindouras”.

MOMENTOS MARCANTES PARA ANTÓNIO FERNANDES

Há que pensar nas crianças, para um futuro melhor

Durante o período em que exerceu o cargo de vice-ministros dos Transportes e Comunicações, António Fernandes foi marcado por dois momentos que vieram a contribuir para aprovação da lei de 1999, responsável pela evolução do INCM. Um soco na mesa e uma criança de boné virado. Dois factos que determinam a história das Telecomunicações.

Durante este período, foram dois momentos que me marcaram. O primeiro quem relata são os colaboradores com quem trabalhei e fazem referência à altura em que contávamos com o apoio técnico estrangeiro. Estava um consultor a escrever a Lei das Telecomunicações e haviam pontos difíceis de decidir, como, por exemplo, se haveríamos de abrir o sector para outros operadores e que percentagens atribuir. O consultor estava a puxar, estava a ir para os extremos e nós não estávamos em condições de aceitar o que ele dizia. Dizem que fui ouvindo pacientemente a explicação do consultor, fui insistindo com os nossos argumentos e ele também com os seus. A dado passo dizem que dei um soco na mesa, dizendo: “quem decide aqui somos nós”. Contam que o consultor ficou assustado e os



A dado passo dizem que dei um soco na mesa, dizendo: “quem decide aqui somos nós”. Contam que o consultor ficou assustado e os colaboradores admirados, porque nunca antes tinham me visto a fazer coisa igual.

colaboradores admirados, porque nunca antes tinham me visto a fazer coisa igual.

O segundo momento tem a ver com a própria aprovação da lei, em Novembro de 1999, na véspera das eleições. Tínhamos interesse que a lei fosse ao Parlamento. Foi preciso negociar com a Assembleia da República nos corredores, para que a discussão fosse inscrita, e depois foi preciso trabalhar com as comissões, para garantir que a lei fosse aprovada. Mas a coisa mais interessante é que, nessa altura, o edifício do Parlamento estava em obras e as sessões aconteciam no Clube Militar. Nós queríamos projectar em Power Point, então tivemos que montar dois postes e um Banner enorme para fazer-se a projecção da apresentação, e tivemos que encontrar vários argumentos para que a lei fosse aprovada. No final, eu disse que se não estivessem convencidos com os argumentos que apresentei, que pelo menos considerassem este, que era slide de uma criança sentada com o boné virado ao contrário, com um computador, a teclar. Então eu disse: “Se não for por nós, pelo menos pensem nas crianças, pois estas merecem um futuro melhor”.

ENG.º GILBERTO FERNANDES E O SURGIMENTO DO INCM

Acção é determinante para o reconhecimento do INCM*



Depois da Independência, continuámos a operar como Correios, Telégrafos e Telefone (CTT). Mas, depois de 79/80, eu e os engenheiros Rui Fernandes, Manuel Ventura, Jorge Barriga, Aníto Costa e Esmail Yunes fomos incumbidos a missão de proceder à separação dos Correios das Telecomunicações.

O surgimento do INCM, de acordo com Gilberto Fernandes, visava responder a um dos desafios que começava a se desenhar no sector das Telecomunicações nacional. “Era muito importante gerir frequências”, função que primeiramente era da responsabilidade dos CTT e, mais tarde, da TDM (Divisão de Gestão de Frequências).

Para a sua materialização, foi feito um trabalho profundo de organização do Instituto, como Regulador. “Nisso contámos com a inestimável colaboração do então Ministro dos Transportes e Comunicações, Dr. Tomás Salomão, e da Dr.ª Ema Chico, que é hoje Presidente do Conselho de Administração do INCM,” explica Fernandes.

O surgimento desta instituição veio dinamizar o mercado das telecomunicações e

a concorrência, que é a força impulsora de todo o desenvolvimento. Com a criação do Instituto, as operadoras tiveram de fazer uma boa prestação de serviços, caso não, perderiam clientes. Nessa altura, o Instituto ainda não era conhecido, pois continuava a viver na sombra das Telecomunicações de Moçambique. E a razão disso estava no facto de a TDM ter sido a primeira empresa de telefonia fixa, com um serviço estendido por todo o país. Depois, foi ela que criou a primeira empresa de telefonia móvel no país, a Mcel.

“Depois da Independência, continuámos a operar como Correios, Telégrafos e Telefone (CTT). Mas, depois de 79/80, eu e os engenheiros Rui Fernandes, Manuel Ventura, Jorge Barriga, Aníto Costa e Esmail Yunes fomos incumbidos a missão de proceder à separação dos Correios das Telecomunicações”, conta Fernandes.

SEPARAÇÃO CONFERE DINÂMICA AOS CORREIOS

Gilberto Fernandes justificou a separação como uma maneira de conferir dinâmica aos Correios. “Nós das Telecomunicações enviávamos mensagens; os Correios também entregavam mensagens. Mas havia uma diferença: nas Telecomunicações, tínhamos a velocidade da luz. O que sustentava os Correios era a grande receita das Telecomunicações. Por isso, houve necessidade de fazer esta separação.”

De acordo com o engenheiro, “o que pretendíamos era dar um salto qualitativo, porque se sabia que as Telecomunicações eram um negócio rentável. Por outro lado, tivemos um grande ministro, que foi o Eng.º Rui Lousã, que nos dava ‘carta-branca’ para o trabalho que realizávamos. E, em 1981, os CTT são divididos em três empresas: Correios de Moçambique, Telecomunicações de Moçambique (TDM) e Empresa de Selos Postais. Mais tarde, criou-se um serviço público de regulação.”

A estrutura de “fiscalizador” que se introduzia com o INCM podia criar um desconforto em algumas instituições. No entanto, Fernandes diz que já vinha sendo feita desde os CTT, tendo passado para as TDM. “Havia fiscais que verificavam se as frequências atribuídas eram devidamente utilizadas. Com a criação do INCM, esse trabalho redobrou ainda mais e as pessoas passaram a conhecer a institui-

ção. Até porque a maior parte do pessoal técnico de fiscalização veio do mesmo ponto”.

No entanto, de acordo com Fernandes, o Instituto precisa interagir e agir mais, para que se faça conhecer.

“Quando apareceu o novo operador de telefonia móvel, a Vodacom, o INCM teve um papel muito importante. Compreendemos que a população esperaria uma intervenção maior do Instituto, sobretudo em aspectos relacionados com falhas das duas operadoras. Por isso, preparámo-nos e começámos a ser mais actantes”, elucidou.

Gilberto Fernandes defende que uma instituição é publicamente reconhecida através dos seus actos. Assim sendo, o INCM deve, não só impor regras, fiscalizar ou monitorar o seu cumprimento, como também publicitar os seus actos.

“O INCM não deve só actuar ao reboque das grandes queixas. Se não actuarmos no exacto momento, para impor uma determinada regra, então nada conseguiremos fazer de forma perfeita, a posteriori. Quando percebemos que a nossa actuação não era feita a tempo e horas, criámos condições para que a Divisão de Frequências passasse a ser mais actante”.

*Texto inspirado numa entrevista

Pela comunicação segura

“Pela comunicação segura” foi o lema escolhido para celebrar os 25 anos da Autoridade Reguladora das Comunicações-INCM. Diferentes personalidades encontraram-se num seminário, para falar desta instituição, assim como debater sobre as comunicações em Moçambique e a sua evolução.

“O que eram as telecomunicações, em 1992, é diferente do que são hoje”. Foi desta forma que o Director-geral da Autoridade Reguladora das Comunicações-INCM, Américo Muchanga, analisou o actual momento das comunicações, numa altura em que se celebram os 25 anos do regulador.

Diferentes personalidades juntaram-se no seminário que marcou as celebrações da data da criação do INCM, e que decorrem sob o lema “Pela comunicação segura”. A escolha de “segurança” como tema envolvente a esta festa dos 25 anos, segundo a Presidente do Conselho de Administração do INCM, Ema Chicoco, tem a ver com as prioridades que o país deve assumir. “A segurança cibernética constitui uma das principais prioridades em Moçambique e no mundo, faz com que as famílias se sintam seguras e protegidas online.”

A apresentação do Director-geral do INCM, Américo Muchanga, não cingindo-se apenas na questão de segurança, mostra, através de pontos sobre a evolução da tecnologia, até que ponto Moçambique deve estar preparado.

Ao olhar para o desenvolvimento da tecnologia, Muchanga prestou igualmente

atenção ao país, assim como à influência que o INCM tem vindo a desempenhar para um melhor alinhamento do sistema de telecomunicações.

“Há 25 anos, aquando da criação do INCM, a falta de rede impedia a pessoa de comunicar-se ao telefone, mas actualmente impede o acesso do indivíduo aos serviços bancários, pois a falta de sistema na ATM deriva da falta de rede entre os servidores da central e a ATM. Outros serviços, tais como o pagamento de água, energia e o funcionamento do GPRS, são alguns exemplos de serviços que não existiam aquando da criação do INCM, há 25

anos. Hoje, se não tens as telecomunicações, boa parte dos serviços deixa de funcionar”, explicou Muchanga.

O que se destaca neste novo posicionamento da tecnologia é o que Muchanga sugere que seja a “quarta revolução industrial”, que será marcada por uma inteligência artificial, onde o homem deixa de realizar certas actividades, “esperando que os aparelhos que temos nas nossas casas sejam habilitados a se comunicarem e recolherem informação para os seus utilizadores.”

O Director-geral do INCM mostrou-nos, assim, a caminhada que se faz em direcção às “cidades inteligentes” e acredita que não será necessário levar muito tempo para colocar a indústria de fibra óptica numa zona como Mafalala ou Xipamanine, porque através do Wi-Fi pode ter-se a mesma capacidade no ar.

“Portanto, as empresas de telecomunicações devem olhar para essa área como a que deve evoluir, pois, tendo uma infra-estrutura desse género, não se precisa de uma infra-estrutura de televisão tradicional; a televisão pode ser transmitida através do Wi-Fi, directamente para o televisor.”

O futuro que se vislumbra no sector das telecomunicações nacionais tem a ver com a sua história. Como lembra o



Com a criação do INCM, em 1992, o país passou de um operador de telefonia fixa para três operadores de telefonia móvel.

Secretário Permanente do MCT, Augusto Pedro, “a vida do INCM confunde-se com a história da regulação das comunicações no país”.

Augusto Pedro usa os números para fundamentar a sua posição, e estes parecem testemunhar, se olharmos para estes 25 anos.

“Com a criação do INCM, em 1992, o

país passou de um operador de telefonia fixa para três operadores de telefonia móvel. Hoje, existem mais de 14 milhões de subscritores de telefonia móvel e 80 mil de telefonia fixa. Os provedores do serviço de valor acrescentado são em número de 56 e a taxa de penetração móvel é de 51/100 habitantes. Com a liderança do INCM, contamos com a cobertura nas 11 capitais provinciais e nas 154 sedes distritais, assumindo o desafio da expansão da rede para todos os 408 postos administrativos, dos quais 365 já foram contemplados.”



Olhar positivo dos trabalhadores

Fátima Oliveira,
antiga trabalhadora do INCM

Os ganhos que o INCM teve, durante o meu período de trabalho, têm a ver com o aprendizado adquirido, a experiência e convivência com os outros. A vitória da instituição foi o seu próprio crescimento.

Felisberto Fenhane Cande,
antigo trabalhador do INCM,

Manifesto uma profunda gratidão à instituição, por acolher os antigos colaboradores como filhos da casa. Fico feliz quando vejo a instituição a atingir estes patamares.

Espero que o INCM continue a crescer e quero ver os jovens colaboradores a pegarem o INCM da mesma maneira que nós o fizemos, tratando-o como se fosse um filho.

Arlando Zandamela,
ex-director da Administração e Finanças

A instituição ainda está na fase de progressão. Actualmente é reconhecida, através do seu bom exemplo, mas tem que apostar sempre no conhecimento, na modéstia e respeito.

Destaco o facto de o INCM ter dado passos significativos, desde a sua criação até à actualidade. É por isso que, dos poucos institutos de administração pública indirecta, este é o mais reconhecido.

Encorajo-vos a continuar a crescer, apostando no conhecimento, nas mudanças, pois um sector dinâmico deve privilegiar a inovação constante, principalmente a capacitação contínua dos seus quadros.

GESTÃO DO ESPECTRO RADIOELÉCTRICO

Sistema que deixou Sofala fascinada

O uso de tecnologia cada vez mais desenvolvida tem sido, ao longo destes 25 anos, aposta do INCM. Este ano, a PCA, Ema Chicoco, apresentou ao Governo Provincial de Sofala, o Sistema Integrado de Gestão e Monitorização do Espectro Radioelétrico (SIGMER).

“As oportunidades que a utilização do espectro cria para o desenvolvimento da sociedade, levaram, nos últimos tempos, a um crescente uso das radiocomunicações, tornando inadiável a necessidade de o país dotar-se de um sistema integrado eficaz de gestão do espectro”, disse Ema Chicoco.

Com a sua acção interventiva, segundo a PCA, “o INCM pretende melhorar a qualidade das comunicações efectuadas nos serviços e entre eles; desencorajar o uso ilegal do espectro; actuar como impulsor da economia e desenvolvimento dos diferentes sectores”.

A Governadora da Província de Sofala, Maria Helena Taipo, não escondeu a sua satisfação ao saber do impacto que este sistema pode ter no desenvolvimento do país e da sua província, em particular, tendo deixado isso claro no Livro de Honra.

“Pela sua magnitude, este equipamento de ponta vem responder às aspirações

no campo das comunicações”, escreveu Taipo, antes de concluir que o mesmo contribuirá para um desenvolvimento sustentável da nossa economia.

O SIGMER é composto por uma antena fixa e uma estação móvel e destina-se a gerir o espectro radioelétrico, a combater o uso indevido do radioelétrico, bem como de equipamentos e sistemas de comunicações ilegais e comunicações interditas.

Funcionam na província de Sofala sete operadores de serviços postais, um de telefonia fixa, três de telefonia móvel celular, sete de serviços de transmissão de dados e Internet, 39 de va-

lor acrescentado, 23 estações de rádio, duas repetidoras e nove estações de televisão.

Em termos de cobertura da telefonia móvel, todos os 13 distritos e 21 postos administrativos estão cobertos; das 67 localidades, faltam apenas oito, encontrando-se três destas no plano de cobertura para o ano de 2017. Quanto à cobertura de telefonia fixa, dos 13 distritos, todos estão cobertos e dos 21 postos administrativos, apenas dois; nenhuma das 67 localidades está coberta. Uma realidade que carece de ser minorada e que constitui um sério desafio, face à rápida expansão da telefonia móvel celular.



INCM atribui Licença do Serviço Postal aos Correios de Moçambique

A Autoridade Reguladora das Comunicações-INCM atribuiu à empresa nacional Correios de Moçambique, E.P. a Licença do Serviço Postal. Trata-se da primeira licença de novo modelo, atribuída a um operador postal em Moçambique.

O actual modelo foi aprovado pelo Conselho de Administração desta Autoridade, no âmbito da implementação do Regulamento de Licenciamento do Serviço Postal, aprovado através do Decreto n.º 67/2016, de 30 de Dezembro.

Valdemar Sérgio Jessen, Presidente do Conselho de Administração (PCA) da empresa Correios de Moçambique, assinou, na presença da PCA da Autoridade Reguladora das Comunicações, Ema Chicoco, dos membros do Conselho de Administração do operador incumbente e outros convidados, os Termos e Condições da Licença.

“É a primeira licença que atribuímos, e todos nós sabemos que isto decorre dos instrumentos legais recentemente aprovados. No ano passado, foi aprovada a Lei do Serviço Postal e, recentemente, o Conselho de Ministros aprovou o Regulamento de Licenciamento para a Prestação de Serviços Postais”, declarou a PCA.

“Como reguladores, vamos continuar a regular o sector postal, a fiscalizá-lo e a contribuir para o seu desenvolvimento. Gostaríamos de incentivar a empresa Correios de Moçambique a tornar-se modelo na prestação de serviços postais. A concorrência está aí no mercado e esperamos que a empresa esteja à altura de acompanhar o desenvolvimento do sector”, rematou.

Por sua vez, Valdemar Jessen, PCA dos



Correios de Moçambique, afirmou que o acto “constitui motivo de orgulho e de reconhecimento do trabalho que fomos realizando, ao longo dos últimos anos”.

Segundo Jessen, os Correios de Moçambique contam, neste momento, com 120 agências, espalhadas pelo país, e tem um plano de modernização e expansão de mais agências, através do Millennium Bim.

“Estamos a negociar com este banco, no sentido de passarmos a oferecer serviços de correios nas suas instalações”, frisou.

É de referir que este operador postal já implementou no país o projecto Post Bus, que consiste no transporte de encomendas e passageiros a nível nacional, por via de autocarros; tem também o Correio Azul, um serviço postal expresso.

“Gostaríamos de estar presentes em mais de 100 distritos para a distribuição dos subsídios sociais do INAS”, afirmou o PCA dos Correios de Moçambique, tendo acrescentado que, com estas e outras acções, “estaremos cada vez mais próximos do cidadão, garantindo, desta forma, cada vez mais serviços, incluindo o Serviço Universal”.

Vundiça já tem acesso à telefonia móvel

A comunidade da localidade de Vundiça, do posto administrativo de Pessene, no distrito de Moamba, província de Maputo, vai, finalmente, beneficiar-se do acesso às comunicações. Uma equipa do Fundo do Serviço de Acesso Universal (FSAU) aferiu recentemente o estágio das obras de construção de um site, sendo que a sua inauguração está mesmo para breve.

Recorde-se que a 1 de Setembro passado, a comunidade da Localidade de Vundiça, do Posto Administrativo de Pessene, no Distrito de Moamba, Província de Maputo, testemunhou o lançamento, pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, da primeira pedra do Projecto de Acesso Universal de Telefonia – Fase IV).

A implementação deste projecto realiza-se à luz de um contrato celebrado entre o Fundo de Serviço de Acesso Universal (FSAU) e a operadora da telefonia móvel celular, MOVITEL, que enquadra a prestação dos serviços de telefonia móvel celular nas vertentes de voz, SMS, dados e Internet, no âmbito de projectos de acesso universal de telecomunicações subsidiados por este Fundo.

No quadro desse contrato, avaliado em 432 milhões de meticais, financiado pelo Fundo de Serviço de Acesso Universal e implementado pela MOVITEL, 30 novas localidades passarão a ter acesso aos serviços de telefonia móvel celular nas vertentes de voz, SMS, dados e Internet, de um total de

50 localidades a abranger.

É de referir que o projecto foi concebido contemplando 10 localidades das três regiões do País, abrangendo um total de cerca de 368 mil habitantes e contemplando os seguintes locais (por zonas).

Zona Sul: Distritos de Magude, Manhiça e Moamba, na Província de Maputo; distritos de Chicualacuala, Chibuto e Bilene, em Gaza e os distritos de Morrumbene, Zavala, Panda e Govuro, na Província de Inhambane.

Zona Centro: os distritos de Caia e Gorongosa em Sofala; o distrito de Tambara em Manica; os distritos de Alto-Molócue, Luabo e Inhassunge na Zambézia; e os distritos de Tsangano, Changara e Chifunde em Tete.

Zona Norte: estão contemplados os distritos de Erati-Namapa; Ribaua, Monapo e Nacala-à-Velha, em Nampula; os distritos de Cuamba e Ngauma, no Niassa; bem como o distrito de Balama, em Cabo Delgado.

Mesquita sublinhara que “os distritos contemplados neste projecto foram seleccionados em coordenação com as autoridades de todas as províncias, sendo nossa convicção que foram consideradas as especificidades e dinâmicas económicas e sociais locais”.

O serviço universal encontra-se previsto na Lei e na Estratégia das Telecomunicações, que consiste no cumprimento da obrigação específica inerente à penetração de serviços de telecomunicações básicos de uso público, incluindo os serviços avançados de telecomunicações, a preços acessíveis, visando a satisfação das necessidades de comuni-

cação das comunidades rurais e das actividades económicas e sociais no país, através do Fundo do Serviço de Acesso Universal.

A mesma lei prevê, ainda, que o INCM estabeleça os objectivos anuais para os serviços a serem oferecidos, com o propósito de assegurar que o serviço público de telecomunicações, em particular o telefónico básico, esteja acessível ao maior número de utentes. Para este efeito, a lei estabelece que integram o âmbito do Acesso Universal os serviços de telefonia fixa e móvel, podendo estes ser explorados por empresas públicas ou privadas.

Sublinhe-se que o Governo, através do INCM, concebe projectos concretos para o acesso universal, visando, dentre vários, os seguintes objectivos: instalar sistemas de telecomunicações em áreas geográficas em que a sua operação não seja economicamente viável, a fim de atingir um nível maior de penetração em todas as comunidades rurais; melhorar a acessibilidade do público aos serviços de telecomunicações, em todo o território nacional, através de telecentros e outros modos de acesso; disponibilizar os serviços de telecomunicações aos utentes portadores de deficiências físicas ou outras necessidades especiais.

Todas as acções desenvolvidas no quadro do Acesso Universal de Telecomunicações devem garantir que todos os cidadãos possam aceder a um nível básico de serviços de comunicações electrónicas e promover o acesso progressivo a uma vasta gama de serviços de comunicação e informação.

Prestar serviços socialmente relevantes

O serviço universal de telecomunicações reflecte uma perspectiva de um Estado mais prestativo e mais sensível aos interesses dos cidadãos. Trata-se de uma forma de garantir a disponibilização à generalidade da população de determinadas prestações ou serviços socialmente relevantes.

Durante as últimas décadas, tem sido um dos principais motores de inclusão social, redução de assimetrias, reforço da coesão territorial, promoção do desenvolvimento económico e protecção de grupos de cidadãos mais desfavorecidos.

Embora se trate de um mecanismo que é aplicado e utilizado em diversas regiões, existem diferenças subs-

tanciais, em termos políticos e de conteúdo, na prestação do serviço universal de telecomunicações.

Tais diferenças são notórias, em especial, ao nível da definição do âmbito do serviço universal, da determinação da forma de prestação e do desenho dos mecanismos de financiamento.

IMPACTO DAS EXPERIÊNCIAS E HARMONIZAÇÃO

As experiências existentes, sobretudo ao nível da União Europeia e dos EUA, demonstram que os objectivos subjacentes do serviço universal podem ser prosseguidos de diferentes maneiras, no que diz respeito à definição do âmbito do serviço universal e a forma de assegurar a sua prestação. É inegável que essas experiên-

cias influenciaram os vários membros da CPLP.

Numa análise mais aprofundada, foi possível detectar zonas significativas de harmonização em aspectos relevantes do serviço universal de telecomunicações nos vários membros da CPLP e em Macau, China, sobretudo a nível do regime legal.

Continuam, porém, a verificar-se diferenças significativas na forma de concretização e de implementação das soluções legislativas, existindo assim espaço para a definição de políticas e soluções mais harmonizadas, em termos de conceito e âmbito do serviço universal de telecomunicações.

NOVO PARADIGMA DE UNIVERSALIZAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

A literatura existente e as tendências internacionais apontam, de forma clara, a necessidade de repensar o serviço universal, alinhando-o aos desafios do século XXI, tornando os seus objectivos mais ambiciosos, encapsulando as várias dinâmicas do sector das telecomunicações e dos serviços de TIC, e assegurando, assim, maior convergência entre serviços, redes e conteúdos. Para os membros da CPLP e em Macau, China, o estudo desenvolvido permite apontar alguns subsídios nesta área, que podem ser facilmente extrapoláveis para outras regiões.

Desde já, aponta-se o caminho para a emergência de um novo paradigma de universalização e de inclusão digital do século XXI, assente em duas realidades próximas, mas conceptualmente distintas: (i) o serviço universal de telecomunicações e (ii) as medidas e iniciativas de TIC.

Este novo paradigma aceita e reconhece que existem determinadas acções, fora do conceito mais tradicional do serviço universal, que prosseguem os mesmos objectivos e visam atingir os mesmos resultados. Ao invés de continuar a tratar de forma separada estas realidades, a meta a atingir passa por criar um regime jurídico harmonizado para as várias medidas de universalização e de inclusão digital.

O serviço universal deve manter a sua caracterização mais tradicional, enquanto conjunto mínimo de serviços de telecomunicações, considerados essenciais

à vida em sociedade e ao desenvolvimento económico em cada momento, considerando-se ser esta a opção menos intrusiva para o funcionamento do mercado e que levanta menos entraves em termos de necessidades de financiamento. Todavia, o âmbito concreto do serviço universal deve ser periodicamente revisto, adequando-o à realidade do mercado e à evolução do sector.

Da análise efectuada, sugere-se uma evolução do âmbito do serviço universal, no sentido de, entre outros aspectos, passar a admitir a ligação à rede telefónica móvel (e não meramente fixa) e, em especial, passar a abranger o serviço de transmissão de dados e de acesso à Internet em banda larga (fixa ou móvel), com velocidades de transmissão adequadas. Esta sugestão está alinhada às principais tendências e documentos internacionais sobre a matéria.

Além disso, considera-se que o paradigma de prestação do serviço universal deve evoluir para um mecanismo que visa essencialmente endereçar necessidades concretas de determinadas localidades ou grupos de pessoas. Em termos práticos, tal implica um favorecimento de uma lógica de projectos ou medidas individuais de universalização, em detrimento de uma lógica de designação preventiva de prestadores do serviço universal, para cobrir a totalidade do território. Com esta medida, poder-se-iam mitigar as necessidades de financiamento público ou privado ao serviço universal.

Quanto às medidas e iniciativas de

TIC, que, em regra, misturam várias prestações, serviços ou bens, num único projecto, sugere-se a criação de um enquadramento legislativo mais favorável, que defina regras de lançamento de concursos, de escolha de entidades beneficiárias e do respectivo financiamento. Pela sua natureza, estas medidas deverão continuar a funcionar numa lógica de projectos específicos, focados nas necessidades do mercado.

As medidas de universalização e de inclusão digital devem ser adjudicadas através de procedimentos transparentes e não discriminatórios, nomeadamente através de concurso público. O financiamento deve ser assegurado, sobretudo através dos chamados fundos de universalização, para onde contribuirão os operadores de telecomunicações.

Deve, igualmente, prever-se a possibilidade de dotações orçamentais e donativos de entidades públicas ou privadas, assim como próprias contribuições dos utilizadores, definidas, por exemplo, como uma taxa a acrescer ao preço dos serviços de telecomunicações (pré ou pós-pagos).



As medidas de universalização e de inclusão digital devem ser adjudicadas através de procedimentos transparentes e não discriminatórios, nomeadamente através de concurso público.

TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS FUNDOS E FUTURAS POLÍTICAS REGULATÓRIAS

Os fundos de universalização devem ser cuidadosamente geridos, de forma transparente e autónoma, face aos operadores e às entidades públicas. Além disso, deve evitar-se que as contribuições dos operadores possam constituir um entrave à sua actividade.

Para o efeito, as contribuições devem ser definidas atendendo às necessidades de financiamento do fundo, em cada momento, podendo ser suspensas, quando o valor gerido pelo fundo for suficiente para fazer face aos projectos existentes.

Como alternativa ao serviço universal e às medidas e iniciativas de TIC, o regime legal pode ainda prever a imposição, em

determinadas circunstâncias, de obrigações de universalização a todo e qualquer operador, sobretudo na sequência de procedimentos de atribuição de recursos escassos, contribuindo assim para reforçar os índices de cobertura das redes de telecomunicações, ao longo do território.

Propõe-se para a CPLP e em Macau, China, a criação de um observatório das políticas e das medidas de universalização, que possa monitorar a evolução desta matéria e partilhar as experiências e práticas de cada país. Os países que decidirem adoptar os princípios e sugestões incluídos neste estudo devem

começar por aprovar uma política de universalização e de inclusão digital que dê o necessário enquadramento para as alterações a implementar do ponto de vista legal.

As futuras políticas regulatórias e legislativas poderão, já, tomar em linha de conta este conceito mais amplo de universalização, que vai ao encontro das dinâmicas actuais do sector das telecomunicações e dos serviços de TIC e que procura criar um mecanismo mais flexível e alinhado à convergência de serviços, redes e conteúdos.

Fonte: INCM, ARCTEL-CPLP

Dia Mundial das Telecomunicações e da Sociedade da Informação

Este ano, o país, que se faz representar na União Internacional das Telecomunicações (UIT), através da Autoridade Reguladora das Comunicações-INCM, voltou a comemorar o Dia Mundial das Telecomunicações e da Sociedade da Informação (17 de Maio), que marca a fundação daquela organização há mais de 150 anos.

A efeméride foi celebrada sob o lema **Big Data for Big Impact (Grandes Dados, Grande Impacto)**. Com a escolha deste tema, pertendia-se evidenciar o potencial do big data e explorar formas de transformar dados imperfeitos, complexos e, muitas vezes, desestruturados em informação válida, no contexto do desenvolvimento.

A UIT, assim designada desde 1932, foi fundada como International Telegraph Union (União Internacional de Telégrafos), em Paris, a 17 de Maio de 1865, quase 11 anos antes da invenção do telefone. Hoje, é a organização internacional mais antiga do mundo, sendo, desde 1947, uma agência especializada das Nações Unidas.



A UIT foi estabelecida pelos representantes de 20 países europeus.



GRANDES DADOS, GRANDE IMPACTO

O tema explora o poder dos grandes dados para o desenvolvimento e examina as oportunidades de converter quantidades inéditas de dados em informações que possam impulsionar o desenvolvimento. A percepção resultante dessa análise de dados permite a tomada de decisões baseadas em evidências, nos níveis nacionais, regionais e internacionais, que ajudará na implementação de todos os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, para 2030.

O debate do tema foi, também, uma ocasião para examinar de perto a importância do Governo e da regulamentação, e as implicações para a privacidade e a segurança pessoal, tendo em conta o

crescimento exponencial do futuro dos dados e da conectividade.

As actividades desenvolvidas pelos membros da UIT contribuirão para a construção de um impulso político que permita abraçar a Big Data e tirar proveito de insights, com vista a identificar novas oportunidades para abordar, de forma criativa, os desafios do desenvolvimento sustentável.

A UIT esteve presente em todas as grandes descobertas das comunicações, a invenção do telefone, em 1876, o lançamento do primeiro satélite, em 1957, e o nascimento da Internet, nos anos 60. Ela foi estabelecida por representantes de 20 países europeus, que criaram um conjunto de normas para regulamentar

o uso internacional do telégrafo. Volvidos 140 anos, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu “adicionar” o Dia Mundial da Sociedade da Informação, em 2005, a uma data comemorativa que já existia, o Dia das Telecomunicações.

As comunicações, especialmente as comunicações electrónicas, transformaram-se numa parte integrante da vida humana, em vários domínios. Todas as manhãs, as pessoas tornam-se conscientes das notícias mais importantes do mundo, que são transmitidas por diferentes fontes, a um custo mínimo e em uma fracção de tempo.

Fontes: UIT, INCM

Minuto de silêncio: o Guru partiu



Guru significa “professor”. É aquele que possui elevado conhecimento filosófico, entre outros. Quando alguém é munido de sabedoria e capacidade de orientar e influenciar pessoas em determinado assunto, neste caso nas Comunicações, é guru. O Eng.º Gilberto Fernandes foi guru no INCM e no sector.

O Gilberto Fernandes faleceu, no dia 19 de Julho do corrente ano, vítima de doença. Ele foi Assessor de Telecomunicações no INCM, de Fevereiro de 1998 a Junho de 2014. Mas este percurso é apenas um deles. Acima de tudo, foi, na nossa instituição, o nosso mestre, o nosso guru. O seu conhecimento e perícia deram-lhe uma autoridade inescrutável, e teve, por toda a parte do que é Moçambique, os seus admiradores e seguidores, desde 1968, ano da sua admissão nos CTT.

“Ele foi uma das figuras mais importantes das Comunicações em Moçambique. Acompanhou grande parte dos momentos da implementação deste sector e foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento da rede das Telecomunicações no país”, disse o Director-geral do INCM, Américo Muchanga.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Em 7 de Setembro de 1968, Gilberto Fernandes é admitido nos CTT e vai para as oficinas no sector de reparação de telefones. A ideia era que, primeiro, compreendesse o funcionamento dos telefones, saber lidar com uma central telefónica, altas frequências e o núcleo do material telefónico. Lidava ainda com a parte do telégrafo.

Depois foi indicado para ir trabalhar no Centro Emissor da Rádio Moçambique. Porque havia acumulado muita experiência na parte de telecomunicações. Em 1969, ele é nomeado Chefe dos Serviços Técnicos de 2.ª Classe, passando, dois anos depois, para Chefe de 1.ª Classe.

Devido ao seu envolvimento e conhecimento adquiridos na rede de telecomunicações, ele deixa de trabalhar nas radiocomunicações e fica somente ligado à rede de telecomunicações, onde chefiava o sector de Redes Aé-

reas e Subterrânea.

Satisfeito com o trabalho que desenvolvia, Gilberto Fernandes é nomeado, interinamente, em 1972, Director Regional Norte, saindo, portanto, da então Lourenço Marques (Maputo) para Nampula. A Direcção Regional Norte compreendia quatro distritos (actuais províncias): Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia. Portanto, em pleno regime colonial, já estava a alcançar patamares altos. Apesar da discriminação racial, o profissionalismo teve voz mais alta.

Em Fevereiro de 1974, foi nomeado Director de 3.ª Classe, com indicação para São Tomé e Príncipe. Não se efectivou porque, em 25 de Abril, dá-se o golpe de Estado em Portugal, evento que leva ao derrube do regime colonial e acelera as independências dos países africanos.



25
anos



INCM
Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique
Regulando as comunicações desde 1992

INCM faz balanço de actividades de 2017



A Autoridade Reguladora das Comunicações-INCM esteve reunida, de 28 de Novembro a 1.º de Dezembro do corrente, na Vila da Praia do Bilene, a XI Reunião de Balanço de 2017 e de Planificação de 2018. Do programa constaram apresentações dos relatórios de actividades das unidades administrativas, referentes ao período de execução compreendido entre 1.º de Janeiro e 15 de Novembro do corrente.

A reunião realiza-se nos momentos finais do ano em que a Instituição celebra os 25 Anos da sua criação, “marco que não só nos orgulha, mas também clama por um nosso cada vez maior empenho na modernização e adequação da nossa Instituição aos desafios da actualidade do sector das comunicações”, defende a PCA do INCM, Ema Chicoco.

A XI Reunião Anual 2017 e Planificação 2018 apreciou positivamente o grau de realização dos Planos de Actividades e Orçamental, referentes ao ano de 2017, e definiu as principais actividades para o ano de 2018.

Entretanto, recomendou, entre várias acções, a conclusão, ainda este ano, a publicação do Relatório da Regulação 2016, a conclusão de regulamentos em falta, o melhoramento da saúde financeira da institucional e a dinamização da responsabilidade social do INCM no âmbito de massificação

das TIC e do acesso às comunicações.

Para Ema Chicoco, os resultados são o reflexo de um assinalável reforço de confiança e colaboração, adesão efectiva ao espírito de solidariedade entre os funcionários e entre estes os diferentes níveis de chefia.

Apesar da conjuntura macroeconómica internacional e nacional desfavorável, cujos impactos são adversos aos investimentos no sector das comunicações, avançou-se em muitos aspectos, com a conclusão do processo de registo dos Cartões SIM, o ajustamento da regulamentação à nova Lei de Telecomunicações e à Lei Postal: Regulamento do Licenciamento Postal (30 de Dezembro de 2016); Regulamento de Taxas Regulatórias (30 de Dezembro de 2016); Regulamento de Licenciamento de Telecomunicações e de Recursos Escassos; e Regulamento do Fundo do Serviço de Acesso Universal.

Acresça-se que, sob coordenação do INCM, foi aprovada a Estratégia Nacional de Banda Larga. A implementação do processo da migração da radiodifusão analógica para a digital encontra-se neste momento na fase quase conclusiva e decorre a elaboração da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética.

Importa salientar que este ano foram ainda aprovadas a Estratégia e o Plano de Formação do INCM para o período 2017-2021 e a Estratégia de Comunicação e Imagem, 2017-2020.

No ano que finda, foram tomadas medidas regulatórias que contribuem para a edificação

de uma infra-estrutura forte e sustentável no sector das comunicações, como, por exemplo, a expansão dos serviços de telecomunicações para as zonas rurais através do Fundo do Serviço de Acesso Universal, criando oportunidades para que mais zonas do país possam comunicar-se entre si e com o resto do mundo. Também, expandiu-se o Sistema Integrado de Gestão de Monitorização do Espectro Radioelétrico (SIGMER) em às províncias de Nampula, Sofala, Tete e Zambézia.

Foi destacável a participação nos eventos regionais e internacionais dos sectores de telecomunicações e postal, onde o nome do país tem vindo a granjear muito destaque com a nomeação dos quadros do INCM para dirigirem comités de trabalho, como é o caso dos Comités de *Roaming* e de Finanças da SADC e, recentemente, da Conferência Mundial de Desenvolvimento da UIT-BDT, recentemente realizada na Argentina.



A XI Reunião Anual 2017 e Planificação 2018 apreciou positivamente o grau de realização dos Planos de Actividades e Orçamental, referentes ao ano de 2017